



**O gradiente social no diferencial de fecundidade em Portugal:
uma comparação entre mulheres nativas e não nativas**

24.º Curso de Mestrado em Saúde Pública

Daniela Filipa Parrinha Freitas

outubro de 2024



**O gradiente social no diferencial de fecundidade em Portugal:
uma comparação entre mulheres nativas e não nativas**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Gonçalo Figueiredo Augusto e sob a coorientação científica do Professor Doutor Ricardo Miguel Vieira de São João.

outubro de 2024

AGRADECIMENTOS

À medida que me aproximo do final desta etapa, gostaria de expressar a minha profunda gratidão e reconhecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, me acompanharam ao longo do caminho. O percurso esteve longe de ser fácil, mas o apoio daqueles que acreditaram em mim foi essencial para que, mesmo nos momentos mais desafiantes, pudesse seguir em frente.

Ao Professor Doutor Gonçalo Figueiredo Augusto, pela orientação ao longo deste percurso e pelos “travões” nos momentos certos.

Ao Professor Doutor Ricardo São João, por ter aceitado ser meu coorientador, pelo apoio incondicional no tratamento estatístico dos dados, pela paciência, disponibilidade, rigor e pelas inúmeras reuniões de trabalho, incluindo aos fins de semana e horários tardios.

Aos meus colegas de mestrado, em especial à Verónica, por todos os desafios que, juntas, conseguimos superar.

Às minhas chefias, de hoje e de outrora, em especial à Dra. Paula Sousa, por todas as vezes que acreditou mais em mim do que eu própria.

Às minhas colegas de trabalho, por ouvirem os meus lamentos, pelos conselhos e pela força e ânimo que me mantiveram no trilho.

Aos meus amigos, pela amizade sincera e pelo apoio constante, mesmo nas ocasiões em que não pude estar presente.

À minha família, de sangue e de coração, pela compreensão da minha ausência, pela motivação, pelo ombro amigo e pelas palavras de conforto.

Ao Josias, meu companheiro de vida, pela tolerância nas minhas ausências, por me aliviar das responsabilidades, mesmo quando as suas se tornavam mais pesadas, e pelo carinho e incentivo em todos os momentos difíceis. Sem ti, dificilmente teria conseguido.

À minha mãe, pela resiliência e coragem que, sem saber, herdei dela.

Ao meu pai, que certamente estaria orgulhoso do meu percurso e das conquistas que alcancei.

A todos e a cada um de vós, o meu sincero agradecimento e apreço.

Most could do more by asking a basic question that should be central to public policymaking: Are people - men and women, in all locations, in all income categories, at all ages, and in all other groups - having the number of children they want? If the answer is no, reproductive rights are compromised, and commitments to universality remain unfulfilled.

United Nations Population Fund (2018)

The Power of Choice: Reproductive Rights and the Demographic Transition (1)

RESUMO

Introdução: Apesar do crescente conhecimento sobre desigualdades sociais na saúde, o efeito da posição socioeconómica na saúde reprodutiva em Portugal é pouco explorado. Este estudo investiga o gradiente social na fecundidade, analisando como a posição socioeconómica pode influenciar o diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas.

Metodologia: Realizou-se um estudo transversal com dados do Inquérito à Fecundidade 2019, envolvendo 4493 mulheres (3982 nativas; 511 não nativas). Utilizando estatística descritiva, estimou-se e comparou-se o diferencial médio de fecundidade por grupo etário, escolaridade, rendimento, situação laboral, classe social e região de residência. Através da análise inferencial, com testes de hipótese, medidas de associação e Regressão Logística Multinomial, aferiu-se o efeito das variáveis nesse diferencial.

Resultados: O diferencial foi negativo, principalmente entre mulheres mais velhas, com educação superior, nativas com rendimentos intermédios e não nativas com rendimentos altos. Na modelação, nativas apresentaram expectativas mais alinhadas com o desejado; mulheres com baixa escolaridade, maior possibilidade de ter mais filhos; e aquelas com rendimento médio-baixo, menor possibilidade de exceder esse número. Residir na AML e no Norte aumentou a possibilidade de fecundidade abaixo do desejado relativamente ao Sul, enquanto não nativas residentes há 11-15 anos apresentaram mais do dobro das possibilidades de ter menos filhos comparadas às que chegaram depois. A classe social não foi significativa.

Conclusões: Há indícios de um gradiente social na fecundidade em Portugal. A educação é um fator mais consistente nos desafios reprodutivos e o rendimento revela-se mais complexo. Para reduzir as desigualdades, são necessárias políticas integradas promotoras da saúde e dos direitos reprodutivos.

Palavras-chave: fertilidade; direitos reprodutivos; classe social; fatores socioeconómicos; migração internacional

ABSTRACT

Introduction: Despite growing knowledge about social inequalities in health, the effect of socioeconomic status on reproductive health in Portugal is underexplored. This study investigates the social gradient in fertility, analyzing how socioeconomic status may influence the fertility differential between native and non-native women.

Methodology: A cross-sectional study was conducted using data from the 2019 Fertility Survey, involving 4,493 women (3,982 native; 511 non-native). Descriptive statistics were used to estimate and compare the average fertility differential by age group, education, income, employment status, social class, and region of residence. The effect of variables on this differential was assessed through inferential analysis, including hypothesis testing, association measures and Multinomial Logistic Regression.

Results: The differential was negative, particularly among older women, those with higher education, native with intermediate income, and non-native with higher income. In the modeling, native women had expectations more aligned with the desired outcomes; women with low education had a greater likelihood of having more children; and those with lower-middle income had a lower likelihood of exceeding that number. Living in the Lisbon Metropolitan Area and in the North region increased the likelihood of fertility below desired levels compared to the South, while non-native residing in Portugal for 11-15 years had more than double the likelihood of having fewer children compared to those who arrived later. Social class was not significant.

Conclusions: There is evidence of a social gradient in fertility in Portugal. Education is a more consistent factor in reproductive challenges, while income proves to be more complex. To reduce inequalities, integrated policies promoting health and reproductive rights are necessary.

Keywords: fertility; reproductive rights; social class; socioeconomic factors; international migration

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	iii
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
PARTE I. INTRODUÇÃO	1
1.1. INTRODUÇÃO	1
PARTE II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
2.1.1. Declínio da fecundidade em Portugal: consequências e perspectivas futuras 3	
2.1.2. Preferências de fecundidade: influências, (in)certezas e discrepâncias entre desejos e realidade	4
2.1.3. O gradiente social na fecundidade: disparidades dentro e entre países	5
2.1.4. Teorias sobre dinâmicas de fecundidade em contextos migratórios	8
2.2. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS	9
PARTE III. METODOLOGIA	11
3.1. DESENHO DO ESTUDO	11
3.2. FONTE DOS DADOS	11
3.3. POPULAÇÃO EM ESTUDO	12
3.4. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	13
3.4.1. Variável dependente	13
3.4.2. Variáveis independentes	13
3.4.3. Métodos estatísticos	15
PARTE IV. RESULTADOS	17
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA	17
4.1.1. Caracterização sociodemográfica	17

4.1.2. Histórico de migração: caracterização das mulheres não nativas quanto à origem, tempo de permanência, idade à chegada e origem familiar	18
4.1.3. Diferença entre o número de filhos esperados e o número de filhos desejados	19
4.2. ESTATÍSTICA ANALÍTICA	21
4.2.1. Fecundidade realizada, desejada, final esperada, adicional e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	21
4.2.2. Idade e diferencial de fecundidade	21
4.2.3. Educação e diferencial de fecundidade	23
4.2.4. Rendimento e diferencial de fecundidade	24
4.2.5. Situação perante o trabalho e diferencial de fecundidade	25
4.2.6. Classe social e diferencial de fecundidade	26
4.2.7. Região de residência e diferencial de fecundidade	28
4.2.8. Análise do diferencial de fecundidade de mulheres não nativas por idade à chegada, tempo de permanência e origem familiar	29
4.2.9. Análise com múltiplas variáveis independentes	30
PARTE V. DISCUSSÃO	35
5.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
5.2. PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES	39
PARTE VI. CONCLUSÕES	43
6.1. CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	43
6.2. LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica das mulheres em estudo.....	18
Tabela 2. Caracterização das mulheres não nativas quanto à origem, permanência em Portugal, idade à chegada e origem familiar	19
Tabela 3. Diferença entre o número de filhos esperados e o número de filhos desejados entre mulheres nativas e não nativas.....	19
Tabela 4. Diferencial de fecundidade (média) por grupo etário, nível de escolaridade, rendimento mensal líquido do agregado familiar, situação perante o trabalho, classe social e região de residência.....	20
Tabela 5. Diferenças na fecundidade desejada e no diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	21
Tabela 6. Análise multivariada do grupo etário e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	22
Tabela 7. Regressão Logística Multinomial entre grupo etário, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)	22
Tabela 8. Análise multivariada do nível de escolaridade e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	23
Tabela 9. Regressão Logística Multinomial entre nível de escolaridade, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)	24
Tabela 10. Análise multivariada do rendimento e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	24
Tabela 11. Regressão Logística Multinomial entre rendimento mensal líquido do agregado familiar, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)	25
Tabela 12. Análise multivariada da situação perante o trabalho e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas.....	25
Tabela 13. Regressão Logística Multinomial entre situação perante o trabalho, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado).....	26
Tabela 14. Análise multivariada da classe social e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	27
Tabela 15. Regressão Logística Multinomial entre classe social, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)	27
Tabela 16. Análise multivariada da região de residência e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas	28

Tabela 17. Regressão Logística Multinomial entre região de residência, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)	29
Tabela 18. Diferencial de fecundidade de mulheres não nativas por idade à chegada, tempo de permanência e origem familiar	30
Tabela 19. Fecundidade abaixo ou acima do desejado: efeito das variáveis demográficas e socioeconômicas (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado).....	32
Tabela 20. Regressão Logística Multinomial entre o histórico de migração e o diferencial de fecundidade de mulheres não nativas (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado).....	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma explicativo da aplicação dos critérios de seleção da população em estudo.....	12
--	----

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACM	Almeida, Costa e Machado
AM	Área Metropolitana
CET	Curso de Especialização Tecnológica
CMH	<i>Cochran-Mantel-Haenszel</i>
CTeSP	Curso Técnico Superior Profissional
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
EDL	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais
EE	Empregadores Executantes
EUA	Estados Unidos da América
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
IFEC 2019	Inquérito à Fecundidade 2019
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
ISF	Índice Sintético de Fecundidade
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
O	Operários
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Procriação Medicamente Assistida
PTE	Profissionais Técnicos e de Enquadramento
TI	Trabalhadores Independentes
UE	União Europeia

LISTA DE ABREVIATURAS

DP	Desvio-padrão
Máx.	Máximo
Mín.	Mínimo
n	dimensão do número de observações
NA	Não se Aplica
Q1	1.º Quartil
Q3	3.º Quartil
Ref.	categoria de referência

PARTE I. INTRODUÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A relação entre a posição socioeconómica e a saúde, conhecida como gradiente social, tem sido amplamente estudada e documentada na literatura (2–4). Em geral, pessoas em posições socioeconómicas mais elevadas tendem a apresentar melhores indicadores de saúde e maior longevidade face às que se encontram em posições inferiores (5). Esse fenómeno é bem ilustrado no conceito de *Status Syndrome*, desenvolvido por Michael Marmot a partir dos estudos de *Whitehall*, que destacam como a saúde é influenciada pelo acesso a recursos e pela posição ocupada na hierarquia social (3).

Embora o conhecimento sobre as desigualdades sociais na saúde tenha crescido, sobretudo em áreas como obesidade, saúde mental e saúde subjetiva (6), o efeito das desigualdades socioeconómicas na saúde reprodutiva, especialmente em Portugal, tem sido menos explorado. A fecundidade, um aspeto fundamental da saúde reprodutiva, tem recebido menos atenção, apesar do aumento da investigação sobre o tema nos últimos anos (7–13).

Este estudo procurou analisar o desvio entre a fecundidade esperada e a fecundidade desejada, com enfoque no gradiente social que pode influenciar essa diferença - um aspeto pouco abordado na literatura científica em Portugal (7,9,14). Ao salientar esse desvio, procura-se identificar se (e como) a posição socioeconómica afeta a capacidade das mulheres de alcançarem as suas expectativas reprodutivas. Esta abordagem é importante, pois a investigação existente tende a centrar-se na paridade e nas taxas de fecundidade, limitando assim a compreensão das verdadeiras disparidades na saúde reprodutiva e do potencial efeito das desigualdades socioeconómicas na realização dessas expectativas.

Tendo em consideração variáveis como classe social, educação, rendimento e, no caso de mulheres não nativas, o tempo de permanência em Portugal, pretende-se oferecer uma visão mais abrangente das desigualdades na fecundidade, contribuindo para a identificação de um gradiente social no diferencial entre a fecundidade esperada e a desejada. A compreensão desse fenómeno é fundamental para a formulação de políticas públicas que possam mitigar tais desigualdades, assegurando que todas as mulheres, independentemente da posição socioeconómica, tenham plena liberdade e capacidade de decidir quantos filhos ter e quando tê-los.

Além disso, a análise desse diferencial proporciona uma nova perspectiva sobre as tendências demográficas em Portugal, especialmente num contexto de baixa fecundidade e de desafios demográficos e socioeconómicos (15–17). As disparidades geográficas, etárias e educativas têm contribuído para níveis de fecundidade que ameaçam a sustentabilidade demográfica do país, resultando em adiamentos sucessivos da maternidade e numa fecundidade involuntariamente renunciada (12,13).

Este estudo procura preencher, assim, uma lacuna importante ao explorar a influência da posição socioeconómica no desvio entre a fecundidade esperada e a desejada, contribuindo para um melhor entendimento das dinâmicas reprodutivas em Portugal. Em alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o estudo visa apoiar a formulação de políticas públicas mais direcionadas, equitativas e inclusivas, garantindo que “ninguém seja deixado para trás” (1,18).

A estrutura do documento está organizada da seguinte forma: a próxima secção apresenta uma revisão da literatura, com destaque para o declínio da fecundidade e os fatores que influenciam essa tendência, tanto em Portugal como noutros contextos europeus e fora da Europa. Esta secção também analisa o gradiente social da fecundidade, explorando as disparidades dentro e entre os países, bem como as teorias apontadas sobre as dinâmicas de fecundidade em contextos migratórios. A terceira secção detalha a metodologia de análise utilizada, seguida pela apresentação dos resultados na quarta secção. A quinta secção oferece uma discussão dos resultados, bem como os pontos fortes e limitações do estudo. Por fim, a sexta secção aborda as conclusões, implicações para as políticas públicas e linhas de investigação futura.

PARTE II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1.1. Declínio da fecundidade em Portugal: consequências e perspetivas futuras

O declínio da fecundidade é um fenómeno complexo, resultante da interação de fatores individuais, demográficos, culturais, socioeconómicos, de saúde e das políticas de apoio familiar (19). Entre estes fatores, destacam-se a crescente aceitação e uso de métodos contraceptivos eficazes, a extensão da educação, especialmente entre as mulheres, o aumento da sua participação no mercado de trabalho, alterações nos valores sociais, equidade de género, estabilidade nas relações e insegurança económica, financeira e laboral, todos contribuindo significativamente para o adiamento da maternidade em diversas sociedades, incluindo a portuguesa (12,20–23).

Um indicador claro dessa mudança é o aumento expressivo da média de idade das mulheres ao nascimento do primeiro filho, que em Portugal aumentou 7 anos nas últimas décadas: de 23,6 anos em 1981 para 30,6 anos em 2023 (24). Este fenómeno social, crescente nos países desenvolvidos (23), está associado a uma redução do número de nascimentos subsequentes, ao declínio da fertilidade, ao aumento da procura por técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA), a níveis mais elevados de ansiedade e a desfechos maternos e fetais adversos (12,25,26). Em 2023, 31,9% dos nascimentos ocorreram em mulheres com idades entre 35 e 49 anos (27).

Adicionalmente, a taxa bruta de natalidade em Portugal diminuiu para 8,1 nados-vivos por 1 000 habitantes em 2023, uma redução assinalável em relação aos 15,4 registados em 1981, posicionando o país entre os de menor taxa de natalidade na União Europeia (UE) (28). Com um Índice Sintético de Fecundidade (ISF) já abaixo do nível de reposição - 1,44 filhos por mulher em 2023, em comparação com 2,13 em 1981 (29) - as previsões a longo prazo apresentam um cenário ainda mais preocupante: estima-se que o ISF caia para 1,27 filhos por mulher em 2050 e para 1,17 em 2100 (15).

Portugal é atualmente um dos países mais envelhecidos da UE (30) e, se as tendências atuais se mantiverem, poderá tornar-se um dos países mais envelhecidos do mundo (31). Este envelhecimento demográfico coloca desafios importantes ao sistema de saúde e à sustentabilidade económica do país (16,17). No entanto, a imigração internacional tem atenuado essa tendência ao contribuir para o aumento do número de nascimentos (32). Esses efeitos são atualmente evidentes e espera-se que continuem

a influenciar a demografia a longo prazo, uma vez que as crianças nascidas hoje farão parte da próxima geração de mulheres em idade reprodutiva (33).

Embora a vontade de ter filhos seja reconhecida como um fator importante nas decisões reprodutivas, essa vontade, por si só, não garante a concretização da fecundidade desejada. Muitos respondentes do Inquérito à Fecundidade 2019 (IFEC 2019) identificam os desafios socioeconómicos como motivos que influenciam a decisão de ter ou não ter filhos. Isso é especialmente evidente entre os cerca de 14% que priorizam esses constrangimentos. Além disso, mais de metade (52,2%) atribuem igual importância à vontade e aos constrangimentos socioeconómicos (10). Assim, a discrepância entre o desejo e a capacidade de ter filhos reflete não apenas essa vontade, mas também as limitações impostas por condições socioeconómicas mais amplas, que contribuem para o declínio da fecundidade em Portugal. Nesse sentido, parece crucial estudar tanto os desejos individuais quanto as realidades sociais a fim de formular políticas que possam promover mudanças efetivas e um futuro demográfico mais equilibrado.

2.1.2. Preferências de fecundidade: influências, (in)certezas e discrepâncias entre desejos e realidade

As preferências de fecundidade, que incluem desejos, intenções, expectativas e ideais (34), desempenham um papel crucial na compreensão dos padrões reprodutivos. Entre essas preferências, o tamanho familiar desejado é especialmente relevante, pois reflete o número de filhos que as pessoas teriam num cenário ideal, sem barreiras individuais ou económicas que pudessem afetar a regulação da fecundidade (34). No entanto, em países desenvolvidos como Portugal, é notória a dificuldade em alinhar essas intenções com os resultados reais (35). Em média, as mulheres em Portugal, assim como noutros países europeus e nos Estados Unidos da América (EUA), têm menos filhos do que desejam e, frequentemente, permanecem sem filhos (36), evidenciando uma diferença que se manifesta num espectro mais amplo.

Essa disparidade é também observada noutros contextos; no Irão, por exemplo, apesar do desejo inicial por um determinado número de filhos, a preferência cultural por filhos do sexo masculino influencia a fecundidade esperada, criando uma lacuna entre desejo e expectativa real. Além disso, em situações de elevados custos de oportunidade, essas expectativas tendem a ser ajustadas para baixo (37).

Os desejos de fecundidade são dinâmicos e influenciados por uma variedade de fatores; relações estáveis e comprometidas podem facilitar o desejo por filhos, enquanto o

aumento da idade atua como um fator limitador (38,39). A exposição a eventos extremos também tem um efeito nas preferências reprodutivas. Nos EUA, a exposição a homicídios na comunidade foi associada a um aumento do desejo de ter filhos a longo prazo (40). Condições climáticas extremas, como a seca em nações africanas, mostraram efeitos variados, incluindo alterações no uso de contraceptivos e discrepâncias entre desejos e comportamentos reprodutivos (41). Entre os mais jovens, a crescente preocupação com os impactos das alterações climáticas no bem-estar das crianças existentes ou futuras tem levado à redução da fecundidade realizada e esperada, resultando em famílias menores (42).

Outro fator relevante, mas menos explorado, é a incerteza sobre as preferências de fecundidade. Nos Países Baixos, cerca de uma em cada dez mulheres afirmou não ter certeza sobre o tamanho familiar desejado. Observou-se que as mulheres que desejavam famílias maiores tinham maior incerteza, enquanto aquelas que não desejavam filhos eram mais seguras das suas preferências. A probabilidade de definir um tamanho familiar preferido foi maior entre as mulheres mais jovens, com filhos e com um parceiro (43). Por outro lado, nos EUA, homens e mulheres jovens, com rendimentos mais baixos, menor escolaridade e mais preocupados com a situação profissional futura não tinham certeza se deveriam ter filhos. Entre os jovens que esperavam ter filhos, aqueles com nível de escolaridade mais elevado e com preocupações profissionais frequentes tendiam a esperar ter filhos mais tarde na vida (44).

Apesar das dificuldades em prever com precisão os comportamentos reprodutivos futuros, os desejos de fecundidade, pela sua facilidade de medição e potencial preditivo a curto prazo, continuam a ser reconhecidos como um importante instrumento na análise demográfica (45). A discrepância entre as preferências reprodutivas e a fecundidade realizada, observada tanto em Portugal como noutros países, destaca a complexidade das decisões reprodutivas. Fatores como idade, condições socioeconómicas, instabilidade nas relações e preocupações ambientais emergem como influências chave, resultando frequentemente em famílias menores do que o desejado. Essas preferências dinâmicas refletem as incertezas e as pressões enfrentadas ao longo do ciclo de vida reprodutivo e manifestam-se à escala global.

2.1.3. O gradiente social na fecundidade: disparidades dentro e entre países

No contexto português, as disparidades geográficas na fecundidade refletem as circunstâncias socioeconómicas. Um estudo sobre a evolução da fecundidade ao longo de 20 anos revelou que, em 1991, a fecundidade era mais alta em regiões com maior

participação feminina no mercado de trabalho e em sociedades mais tradicionais; em 2001, a riqueza regional passou a ser um fator determinante, com áreas mais ricas exibindo taxas de fecundidade mais elevadas; e, em 2011, a fecundidade foi influenciada pelo poder de compra, pela presença feminina no mercado de trabalho e pela prevalência de sociedades menos tradicionais. As regiões da Grande Lisboa e do Algarve, com maior PIB *per capita* e mais casais em união de facto, mostravam níveis de fecundidade superiores (13).

As desigualdades socioeconómicas manifestam-se globalmente, e afetam de forma significativa a fecundidade e a saúde reprodutiva, tanto dentro dos países quanto entre eles. Nos EUA, um estudo qualitativo explorou como essas desigualdades influenciavam os planos e desejos de gravidez entre jovens adultos. Foram identificados três temas principais, cada um relacionado com diferentes níveis de vantagem social, tais como rendimento, educação, trabalho e raça/etnia. No primeiro tema, “As coisas serão diferentes depois”, participantes com maior vantagem social (níveis mais elevados de educação, trabalho e rendimento) viam a educação e a estabilidade profissional como pré-requisitos essenciais para ter filhos. No segundo, “Não tenho tudo o que preciso”, participantes com recursos limitados desejavam adiar a gravidez devido às desigualdades estruturais. No terceiro, “Nunca terei tudo o que preciso”, para os mais desfavorecidos, a insegurança económica, a falta de habitação e o racismo fizeram com que a prevenção da gravidez não fosse uma prioridade. Essas diferenças refletiram-se na escolha e eficácia dos métodos contraceptivos, com indivíduos socialmente favorecidos a utilizarem métodos mais eficazes, e indivíduos mais desfavorecidos a não usarem qualquer contraceção ou a optarem por métodos menos eficazes, por sentirem que nunca alcançariam as condições ideais para uma gravidez planeada (46).

Outro estudo, aplicando uma abordagem multinível das características individuais das mulheres e das características do bairro na cidade de Barcelona, Espanha, procurou investigar como os fatores socioeconómicos e as características do bairro influenciavam a fecundidade. A pesquisa revelou que as desigualdades sociais afetavam expressivamente a fecundidade, mostrando variações entre diferentes grupos socioeconómicos e tipos de bairros. No nível contextual, a taxa de fecundidade foi mais alta em áreas mais pobres e com maior desemprego, destacando as desigualdades. No nível individual, mulheres com ensino superior e entre 30-39 anos apresentaram uma taxa de fecundidade mais elevada (47).

Por forma a perceber se pessoas mais ricas ou mais pobres têm mais filhos, na Suécia foi estudada a relação entre fecundidade e rendimento acumulado ao longo da vida. Os resultados mostraram um gradiente positivo entre rendimento e fecundidade, com

rendimentos mais elevados associados a um maior número de filhos e rendimentos mais baixos associados à ausência de filhos (48). No entanto, uma análise longitudinal no sul da Suécia, indicou que a classe social influenciava mais o número de filhos do que o rendimento em si (49).

Por outro lado, embora a educação desempenhe um papel crucial na realização do tamanho familiar desejado (50), em Portugal, mulheres com ensino superior que adiam a maternidade enfrentam frequentemente um desfasamento entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada (12). Esse padrão é igualmente observado noutros países europeus, como Alemanha, Itália, Espanha, Suécia, Reino Unido, e também nos EUA, refletindo condições socioeconómicas, culturais e políticas específicas (36). Em contrapartida, em países nórdicos como Noruega, Dinamarca e Suécia, surgem novas disparidades, com um aumento da falta de filhos entre mulheres com níveis de escolaridade inferiores (51).

Além dos fatores mencionados, em países do sul da Europa, condições de trabalho instáveis, como contratos temporários, risco de desemprego e condições económicas desfavoráveis, têm contribuído para o adiamento do nascimento do primeiro filho, frequentemente motivado pelo desejo de alcançar uma maior segurança económica e profissional. Entre os países analisados, o efeito mais acentuado foi observado em Itália, sobretudo entre mulheres com níveis mais elevados de educação, estimando-se que cerca de 16% não tenham tido um primeiro filho nos primeiros cinco anos de atividade profissional, devido à precariedade dos seus contratos de trabalho (52). Esse fenómeno foi também observado noutras regiões da Europa. Na Bósnia e Herzegovina, mulheres com maior estabilidade profissional apresentaram uma fecundidade superior em relação às suas contrapartes desempregadas ou com trabalhos temporários, mas ainda assim essa fecundidade ficou aquém do desejado (53).

Em contextos de baixa fecundidade, como os países do sul da Europa, a instabilidade no mercado de trabalho sobre a fecundidade tem um impacto negativo pronunciado (54). Políticas de conciliação entre vida familiar e profissional limitadas ampliam o gradiente socioeconómico, correlacionando-se com a falta de filhos e com o número de filhos (55).

As circunstâncias em que as pessoas nascem, crescem, vivem e trabalham são determinantes nas trajetórias reprodutivas, com efeitos diferenciados por idade, educação, rendimento, situação perante o trabalho, classe social e região. A migração e a adaptação a novos contextos socioeconómicos podem acrescentar uma camada de complexidade à análise dessas desigualdades.

2.1.4. Teorias sobre dinâmicas de fecundidade em contextos migratórios

A migração, reconhecida como um determinante social chave da saúde, envolve desafios e adaptações complexas a novos ambientes e contextos socioculturais, políticos e económicos (56). Esses fatores desempenham um papel significativo na fecundidade, sendo esta um importante indicador da integração de migrantes nos países de destino (57).

Diversos estudos e teorias têm explorado as dinâmicas de fecundidade em contextos migratórios, destacando a heterogeneidade dessas experiências e a influência dos contextos nas decisões reprodutivas. Cinco hipóteses principais são frequentemente apontadas na literatura: socialização, seleção, adaptação, disrupção e eventos inter-relacionados.

A hipótese de socialização argumenta que os migrantes tendem a manter os padrões de fecundidade do país de origem, especialmente nas primeiras gerações. Isso ocorre porque as normas culturais e os valores conservadores relacionados à reprodução estão profundamente enraizados antes da migração, e podem perdurar após a mesma (58).

A hipótese de seleção, por outro lado, sugere que os migrantes que aspiram por melhores oportunidades de vida podem optar por reduzir a sua fecundidade. Essa escolha intencional permite que invistam mais na educação e no desenvolvimento profissional, social e económico, priorizando a melhoria das condições de vida sobre a expansão familiar imediata (59).

De acordo com a hipótese de adaptação, com o tempo, os migrantes tendem a adotar os padrões de fecundidade do país de destino. Esse processo pode ser impulsionado pela assimilação cultural, adaptação às normas sociais ou às condições socioeconómicas. Assim, à medida que os migrantes se integram no novo contexto, as práticas reprodutivas tornam-se mais alinhadas com as do país de destino (60).

A hipótese de disrupção propõe que o processo migratório, juntamente com a necessidade de estabilização social e económica no país de destino, tende a adiar os comportamentos reprodutivos dos migrantes. Isso pode resultar numa redução temporária da fecundidade logo após a migração, até que os migrantes alcancem estabilidade suficiente para retomar os planos reprodutivos (61). Embora a hipótese de disrupção enfatize o adiamento temporário da fecundidade, a hipótese de eventos inter-relacionados sugere que certos fatores podem, ao contrário, acelerar as decisões reprodutivas. Segundo esta hipótese, a migração é um evento que interage com outros momentos importantes da vida, como o casamento ou a formação familiar. Na presença

desses eventos, parece haver uma tendência para iniciar ou expandir a família no novo país (59).

Embora o declínio da fecundidade entre migrantes possa ser visto como parte do processo de adaptação ao contexto do país de destino, há indícios de que esse fenómeno também pode refletir tendências globais de fecundidade, particularmente entre migrantes recém-chegadas cujas taxas de fecundidade são influenciadas por alterações nos países de origem (62).

Estas teorias oferecem um quadro analítico importante que aprofunda o entendimento de como, na fecundidade, os migrantes navegam entre as influências dos países de origem e de destino. Além disso, tornam-se fundamentais para compreender a complexidade da fecundidade num contexto multicultural, especialmente em países como Portugal, onde os fluxos migratórios desempenham um papel cada vez mais crescente.

Em suma, embora seja reconhecido que as desigualdades socioeconómicas influenciam a fecundidade, a evidência sobre a existência e o efeito específico de um gradiente social na fecundidade e nas escolhas reprodutivas ainda é ambígua. A literatura tende a focar-se na paridade e nas taxas de fecundidade, sem explorar profundamente as diferenças entre o número de filhos desejados e o efetivamente alcançado ou esperado (considerando o número de filhos tidos acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro). Esta abordagem limita a compreensão das verdadeiras disparidades na fecundidade e do potencial efeito das desigualdades socioeconómicas na realização das expectativas reprodutivas.

2.2. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS

Com base na revisão da literatura, tomam-se como ponto de partida as seguintes questões de investigação: *Existe um gradiente social na fecundidade em Portugal? Nesse sentido, em que medida a posição socioeconómica afeta a capacidade das mulheres de alcançarem a fecundidade desejada?*

O objetivo geral do estudo consiste em investigar o efeito da posição socioeconómica no diferencial de fecundidade entre mulheres nativas e não nativas em Portugal. Este objetivo revela-se fundamental para compreender como as desigualdades socioeconómicas influenciam as expectativas reprodutivas e como essas influências se manifestam entre diferentes grupos de mulheres. Os objetivos específicos são os seguintes:

- i. Estimar e comparar, de forma descritiva, o diferencial médio de fecundidade por grupo etário, nível de escolaridade, rendimento, situação perante o trabalho, classe social e região de residência entre mulheres nativas e não nativas. Este objetivo visa obter uma visão clara das diferenças nas oportunidades reprodutivas e nos obstáculos enfrentados pelos diferentes grupos de mulheres.
- ii. Analisar o efeito de variáveis demográficas e socioeconómicas, como naturalidade, grupo etário, estado civil, nível de escolaridade, rendimento, situação perante o trabalho, classe social e região de residência, no diferencial de fecundidade. Esta análise visa compreender como fatores demográficos e socioeconómicos específicos influenciam as expectativas reprodutivas, com enfoque na naturalidade como variável moderadora.
- iii. Investigar o efeito da idade à chegada, do tempo de permanência em Portugal e da origem familiar no diferencial de fecundidade entre mulheres não nativas. Este objetivo visa explorar como a idade à chegada, o tempo de adaptação e a origem dos pais afetam as decisões reprodutivas de mulheres não nativas.

PARTE III. METODOLOGIA

3.1. DESENHO DO ESTUDO

O presente estudo é de natureza quantitativa, com um delineamento observacional transversal, descritivo e analítico. Esta abordagem revela-se adequada para responder às questões formuladas. Apesar das limitações dos estudos transversais, como a impossibilidade de acompanhar os indivíduos ao longo do tempo, destacam-se algumas vantagens (63):

- a) Viabilidade e facilidade de execução: permitem uma recolha de dados rápida e eficiente, sobretudo em contextos com limitações de tempo e de recursos;
- b) Determinação de prevalências e associações: são adequados para identificar padrões e associações, sobretudo na análise das diferenças na fecundidade entre mulheres nativas e não nativas de diferentes contextos socioeconómicos;
- c) Simplicidade ética: minimizam potenciais questões éticas e de privacidade, o que é relevante em temas sensíveis como saúde reprodutiva e desigualdades socioeconómicas;
- d) Formulação de hipóteses para estudos futuros: embora o foco seja, predominantemente, descritivo e analítico, permitem identificar padrões e associações ainda não exploradas, sugerindo direções para pesquisas longitudinais futuras.

3.2. FONTE DOS DADOS

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos a partir da base de microdados anonimizados do IFEC 2019, realizado em Portugal pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE). O inquérito decorreu entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, e abrangeu mulheres com idades entre os 18 e os 49 anos e homens com idades entre os 18 e os 54 anos, residentes em território nacional (Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira). As entrevistas foram realizadas presencialmente, com recurso a computador, após um contacto prévio com as unidades de alojamento selecionadas para a amostra. Por alojamento, foi inquirido apenas um indivíduo residente (mulher ou homem, previamente definido), selecionado através do método do último aniversário, isto é, a última pessoa a fazer anos à data da entrevista (64).

A base de microdados do IFEC 2019 foi disponibilizada ao abrigo do Protocolo de Cooperação, de 18 de maio de 2022, celebrado entre o INE, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), mediante pedido de acreditação e de cedência de dados estatísticos individuais anonimizados para fins de investigação científica (65).

3.3. POPULAÇÃO EM ESTUDO

Dado o papel central da mulher nas decisões reprodutivas (66,67), o foco deste estudo são mulheres residentes em Portugal, com idades entre os 18 e 49 anos, que participaram no IFEC 2019. A amostra inicial compreendeu 5 178 respostas. Após a exclusão de 277 respostas não numéricas, como “Não sabe”, e 408 respostas com dados omissos, a amostra final foi reduzida para 4 493 mulheres. De entre estas, 3 982 nasceram em Portugal e 511 nasceram no estrangeiro ([figura 1](#)). A naturalidade das participantes foi usada como critério de classificação para analisar a migração internacional, em consonância com a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) (68). No estudo, “não nativas” refere-se a mulheres nascidas fora de Portugal, independentemente da nacionalidade à data de realização do IFEC 2019.

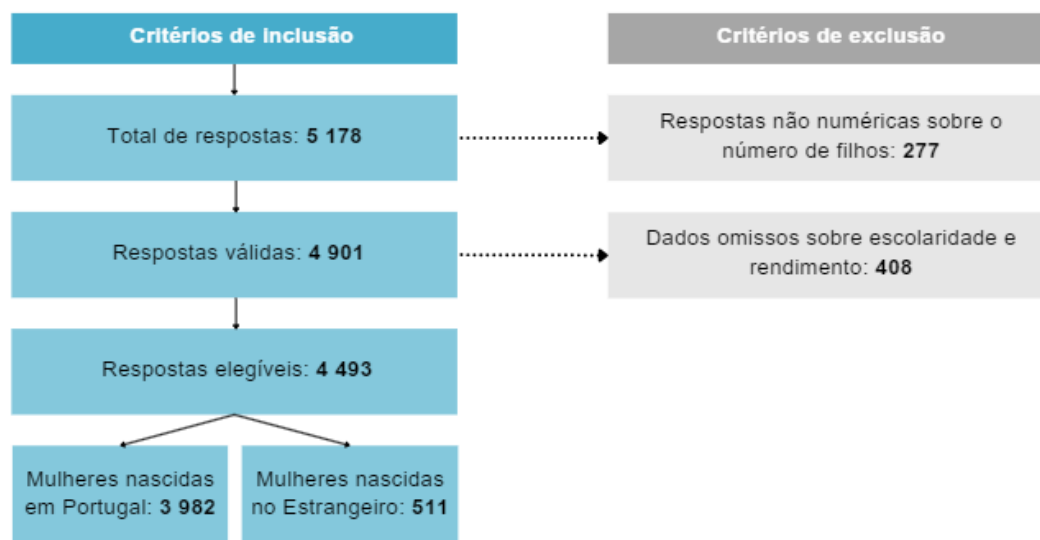


Figura 1. Fluxograma explicativo da aplicação dos critérios de seleção da população em estudo

Fonte: Elaboração própria

3.4. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

3.4.1. Variável dependente

A variável dependente deste estudo foi definida como o diferencial entre a fecundidade final esperada (número de filhos biológicos tidos acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro) e a fecundidade desejada (número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que já têm e dos que pensam vir a ter). Esta variável (numérica), foi convertida numa outra variável (categórica) desagregada em três categorias distintas como resultado:

1. **Abaixo do desejado** (diferencial < 0): quando o número de filhos esperados é menor do que o número de filhos desejados;
2. **Igual ao desejado** (diferencial $= 0$): quando o número de filhos esperados corresponde exatamente ao número de filhos desejados;
3. **Acima do desejado** (diferencial > 0): quando o número de filhos esperados é maior do que o número de filhos desejados.

Dado que algumas mulheres ainda estavam no início do período reprodutivo e poderiam não ter completado a sua fecundidade, optou-se por considerar a fecundidade final esperada, ao invés da fecundidade realizada (número de filhos biológicos tidos até ao momento de referência do inquérito). Os dados sobre a fecundidade desejada e a fecundidade final esperada foram obtidos a partir das perguntas feitas às participantes do IFEC 2019, sobre intenções e desejos em relação ao número de filhos.

3.4.2. Variáveis independentes

As variáveis independentes consideradas no estudo incluíam características demográficas e socioeconómicas, como “Idade”, “Estado civil”, “Nível de escolaridade”, “Rendimento mensal líquido do agregado familiar”, “Situação perante o trabalho” e “Região de residência (NUTS II)”. Foram também incluídas variáveis relacionadas ao histórico de migração, como “País de origem”, “Idade à chegada”, “Tempo de permanência” e “Origem familiar”. Variáveis numéricas como “Fecundidade realizada”, “Fecundidade desejada”, “Fecundidade final esperada” e “Fecundidade adicional” (diferencial entre a fecundidade final esperada e a fecundidade realizada) foram igualmente consideradas na análise.

As variáveis numéricas “Dimensão do agregado familiar”, “Idade”, “Idade à chegada” e “Tempo de permanência em Portugal” foram usadas na análise descritiva. Com exceção da “Dimensão do agregado familiar”, essas variáveis foram transformadas em três

outras variáveis categóricas: “Grupo etário”, “Idade à chegada a Portugal” e “Tempo de permanência em Portugal”.

Para a estratificação social, recorreu-se à tipologia de classes sociais proposta por Almeida, Costa e Machado, atualizada por Rosário Mauritti (Tipologia ACM), que se baseia no indicador socioprofissional para construir uma estrutura de classes sociais (69). As variáveis “Profissão”, “Situação na profissão” e “Existência de empregados ao serviço” foram combinadas para criar a variável “Classe social”, que agrupou as mulheres empregadas em três categorias:

1. Classe dominante, composta por:

- a. Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), com elevada influência económica, organizacional e estatuto social, e que ocupam posições de liderança com controle sobre recursos e decisões.

2. Classe média, que abrange:

- a. Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), nomeadamente especialistas intelectuais, científicos e quadros técnicos intermédios, com qualificações profissionais e educativas acima da média, rendimentos medianos a altos e com alguma precariedade laboral.
- b. Trabalhadores Independentes (TI), que atuam em áreas como administração, comércio, serviços, agricultura, oficinas e artesanato, geralmente com qualificações e rendimentos mais baixos.

3. Classe de base, que inclui as classes populares com menos recursos económicos e educativos e que ocupam atividades menos qualificadas, como:

- a. Empregadores Executantes (EE), que exercem atividades de serviços, comércio e administração;
- b. Operários (O), que trabalham em setores como indústria, construção e transportes.

Para as mulheres desempregadas e inativas (como estudantes, reformadas, pensionistas, com incapacidade permanente, domésticas ou noutra situação de inatividade), foi criada uma quarta categoria denominada “**Outra**”, na qual foram também incluídas mulheres nas forças armadas ($n = 2$), em virtude da tipologia ACM não abranger essas profissões.

Esta classificação foi estabelecida para permitir uma análise mais detalhada das desigualdades socioeconômicas e as suas possíveis associações com o diferencial de fecundidade.

Nos modelos, foram consideradas as seguintes variáveis explicativas: “Naturalidade”, “Grupo etário”, “Estado civil”, “Nível de escolaridade”, “Rendimento mensal líquido do agregado familiar”, “Situação perante o trabalho”, “Classe social”, “Região de residência”, “Idade à chegada”, “Tempo de permanência” e “Origem familiar”.

3.4.3. Métodos estatísticos

O estudo utilizou a estatística descritiva para caracterizar as variáveis quantitativas e qualitativas, incluindo o cálculo de medidas de localização de tendência central e de dispersão para variáveis numéricas, e tabelas de cruzamento com contagens e percentagens para variáveis qualitativas em escala nominal e ordinal. Para explorar as associações entre o diferencial de fecundidade e as variáveis categóricas, foi aplicado o teste Qui-Quadrado de Pearson e o coeficiente de associação V de Cramer para medir a intensidade dessas associações (70).

O teste Kruskal-Wallis foi utilizado para avaliar as diferenças medianas na fecundidade realizada, desejada, final esperada, adicional e no diferencial de fecundidade entre mulheres nativas e não nativas, sendo este um teste não paramétrico adequado para amostras independentes que não exigem a suposição de normalidade.

O teste Cochran-Mantel-Haenszel foi aplicado para controlar o efeito da naturalidade (nativas *versus* não nativas).

Para analisar o efeito conjunto das variáveis demográficas e socioeconômicas sobre o diferencial de fecundidade, e prever possibilidades associadas a diferentes resultados reprodutivos, foram utilizados modelos de Regressão Logística Multinomial, considerando um nível de significância de 5%.

Todas as análises foram realizadas com recurso ao *software* IBM SPSS Statistics 29.0.1 (71) e R versão 4.4.1 (72).

PARTE IV. RESULTADOS

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

4.1.1. Caracterização sociodemográfica

A população em estudo é composta por 4 493 mulheres, divididas entre nativas (3 982; 88,6%) e não nativas (511; 11,4%). Os resultados da caracterização sociodemográfica encontram-se sistematizados na [tabela 1](#).

Em termos de idade, as mulheres nativas apresentam uma média de 37 anos, ligeiramente mais jovens do que as não nativas, com uma média de 40 anos. Ambos os grupos estão predominantemente concentrados no grupo etário dos 40-49 anos.

A maioria das mulheres tem nível de educação superior, com 35,0% das nativas e 44,2% das não nativas. Em relação ao estado civil, a maior parte é casada (44,8% e 52,6%, respetivamente), seguidas daquelas que se identificam como solteiras (44,3% e 32,1%).

Geograficamente, as mulheres nativas estão mais presentes nas Regiões Autónomas (27,7%) e na região Norte (17,7%), enquanto as não nativas residem sobretudo no Algarve (24,7%) e na Área Metropolitana (AM) de Lisboa (23,3%).

Em relação ao trabalho, mais de dois terços das mulheres estão empregadas, tanto entre as nativas (76,1%) quanto entre as não nativas (78,9%). No entanto, 14,8% das nativas estão inativas, enquanto 11,5% das não nativas se encontram desempregadas. A distribuição por classe social revela uma maior proporção de mulheres na base da estrutura de classes, com 39,8% e 39,7%, respetivamente.

A média de indivíduos por agregado familiar é de cerca de três pessoas para ambos os grupos. Quanto à distribuição do rendimento mensal líquido do agregado familiar, 25,2% das mulheres não nativas vivem com rendimentos mais baixos (até 900€), em comparação com 20,4% das nativas. Nos escalões intermédios (901€-2900€), as percentagens são semelhantes entre os dois grupos. No entanto, apenas 7,8% das mulheres, nativas e não nativas, apresentam rendimentos superiores a 2900€.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica das mulheres em estudo

<i>Variável em análise</i>	<i>Categorias da variável</i>	<i>Medidas estatísticas</i>	<i>Nativas</i> n = 3 982 (88,6%)	<i>Não nativas</i> n = 511 (11,4%)
Idade (anos)		Média	37	40
		Mediana (Q1, Q3)	39 (30, 45)	43 (37, 46)
		Desvio-padrão	9,265	7,619
		Min.-Máx.	18-49	18-49
Grupo etário	18-29 anos	n (%)	970 (24,4)	59 (11,5)
	30-39 anos	n (%)	1 029 (25,8)	119 (23,3)
	40-49 anos	n (%)	1 983 (49,8)	333 (65,2)
Nível de escolaridade	Básico, inferior ou nenhum	n (%)	1 220 (30,6)	108 (21,1)
	Secundário ou CET	n (%)	1 370 (34,4)	177 (34,6)
	Superior ou CTeSP	n (%)	1 392 (35,0)	226 (44,2)
Estado civil	Solteira	n (%)	1 763 (44,3)	164 (32,1)
	Casada	n (%)	1 785 (44,8)	269 (52,6)
	Viúva ou Divorciada	n (%)	434 (10,9)	78 (15,3)
Região de residência	Norte	n (%)	704 (17,7)	59 (11,5)
	Centro	n (%)	631 (15,8)	88 (17,2)
	AM Lisboa	n (%)	642 (16,1)	119 (23,3)
	Alentejo	n (%)	437 (11,0)	32 (6,3)
	Algarve	n (%)	465 (11,7)	126 (24,7)
	Regiões Autónomas	n (%)	1 103 (27,7)	87 (17,0)
Situação perante o trabalho	Empregada	n (%)	3 031 (76,1)	403 (78,9)
	Desempregada	n (%)	363 (9,1)	59 (11,5)
	Inativa	n (%)	588 (14,8)	49 (9,6)
Classe social	Dominante	n (%)	266 (6,7)	48 (9,4)
	Média	n (%)	1 178 (29,6)	152 (29,7)
	Base	n (%)	1 585 (39,8)	203 (39,7)
	Outra	n (%)	953 (23,9)	108 (21,1)
Dimensão do agregado familiar		Média	3,27	3,29
		Mediana (Q1, Q3)	3 (3, 4)	3 (2, 4)
		Desvio-padrão	1,131	1,194
		Mín.-Máx.	1-10	1-8
Rendimento mensal líquido do agregado familiar	Até 900€	n (%)	813 (20,4)	129 (25,2)
	901€-1500€	n (%)	1 499 (37,6)	173 (33,9)
	1501€-2900€	n (%)	1 360 (34,2)	169 (33,1)
	>2900€	n (%)	310 (7,8)	40 (7,8)

4.1.2. Histórico de migração: caracterização das mulheres não nativas quanto à origem, tempo de permanência, idade à chegada e origem familiar

A maioria das mulheres não nativas (73,4%, conforme a [tabela 2](#)) é originária de países fora da UE. O tempo médio de permanência em Portugal para essas mulheres é de 25,88 anos, com uma mediana de 26 anos e uma amplitude de menos de 1 ano a 48 anos. A média de idade à chegada a Portugal foi de 14,49 anos, coincidente com a

adolescência. Apesar de terem nascido no estrangeiro, cerca de metade dessas mulheres (52,3%) têm ambos os pais nascidos em Portugal.

Tabela 2. Caracterização das mulheres não nativas quanto à origem, permanência em Portugal, idade à chegada e origem familiar

<i>Variável em análise</i>	<i>Categorias da variável</i>	<i>Medidas estatísticas</i>	<i>Não nativas (n = 511)</i>
País de origem	UE	n (%)	136 (26,6)
	Outro país fora UE	n (%)	375 (73,4)
Tempo de permanência em Portugal (anos)		Média	25,88
		Desvio-padrão	14,219
		Mediana (1Q; 3Q)	26 (15; 39)
		Min.-Máx.	0-48
Idade à chegada (anos)		Média	14,49
		Desvio-padrão	12,154
		Mediana (1Q; 3Q)	11 (4; 24)
		Min.-Máx.	0-48
Origem familiar	Um dos pais nascido no estrangeiro	n (%)	51 (10,0)
	Ambos nascidos no estrangeiro	n (%)	189 (37,0)
	Ambos nascidos em Portugal	n (%)	267 (52,3)
	NA	n (%)	4 (0,8)

Legenda: NA - Não se Aplica

4.1.3. Diferença entre o número de filhos esperados e o número de filhos desejados

Analisando a diferença entre o número de filhos esperados e desejados ([tabela 3](#)), 54,2% das mulheres nativas e 43,8% das mulheres não nativas apresentam um número esperado de filhos igual ao número desejado (diferencial = 0). Em contraste, 39,0% das mulheres nativas e 47,2% das mulheres não nativas indicam um número esperado de filhos inferior ao desejado (diferencial < 0). Apenas uma pequena proporção de mulheres (6,7% das nativas e 9,1% das não nativas), refere um número esperado de filhos superior ao desejado (diferencial > 0).

Tabela 3. Diferença entre o número de filhos esperados e o número de filhos desejados entre mulheres nativas e não nativas

<i>Variável em análise</i>	<i>Categorias da variável</i>	<i>Medidas estatísticas</i>	<i>Nativas n = 3 982 (88,6%)</i>	<i>Não nativas n = 511 (11,4%)</i>
Diferença entre filhos esperados e desejados	-3 ou mais	n (%)	84 (2,1)	16 (3,1)
	-2	n (%)	336 (8,4)	51 (10,0)
	-1	n (%)	1 134 (28,5)	174 (34,1)
	0	n (%)	2 160 (54,2)	224 (43,8)
	1	n (%)	212 (5,3)	31 (6,1)
	2	n (%)	44 (1,1)	11 (2,2)
	3 ou mais	n (%)	12 (0,3)	4 (0,8)

Independentemente da categoria demográfica ou socioeconómica analisada na [tabela 4](#), o diferencial médio de fecundidade permanece consistentemente negativo em ambos os grupos. Esse diferencial é especialmente pronunciado no grupo etário mais velho (40-49 anos) e entre as mulheres com educação superior. As discrepâncias também são notáveis entre as mulheres nativas com rendimento familiar entre 1501€ e 2900€, bem como entre as não nativas com rendimento superior a 2900€. O diferencial é também mais expressivo entre mulheres empregadas, principalmente na classe social dominante entre as nativas, e na classe média entre as não nativas. No que se refere à região de residência, as maiores diferenças no diferencial de fecundidade são observadas nas mulheres que residem na AM de Lisboa, seguidas pela região Norte, entre as nativas, e pelo Algarve, entre as não nativas.

Tabela 4. Diferencial de fecundidade (média) por grupo etário, nível de escolaridade, rendimento mensal líquido do agregado familiar, situação perante o trabalho, classe social e região de residência

<i>Variáveis em análise</i>	<i>Categorias da variável</i>	<i>Nativas (n = 3 982)</i>	<i>Não nativas (n = 511)</i>
		Média (DP)	Média (DP)
Grupo etário	18-29 anos	-0,23 (0,796)	-0,07 (0,583)
	30-39 anos	-0,36 (0,834)	-0,38 (1,000)
	40-49 anos	-0,59 (0,982)	-0,70 (1,289)
Nível de escolaridade	Básico, inferior ou nenhum	-0,38 (0,940)	-0,45 (1,430)
	Secundário ou CET	-0,40 (0,851)	-0,50 (1,239)
	Superior ou CTeSP	-0,54 (0,946)	-0,64 (0,994)
Rendimento mensal líquido agregado familiar	Até 900€	-0,36 (0,940)	-0,51 (1,032)
	901€-1500€	-0,45 (0,929)	-0,64 (1,364)
	1501€-2900€	-0,48 (0,887)	-0,44 (1,128)
	>2900€	-0,44 (0,896)	-0,77 (1,000)
Situação perante o trabalho	Empregada	-0,50 (0,915)	-0,58 (1,093)
	Desempregada	-0,37 (0,987)	-0,49 (1,623)
	Inativa	-0,21 (0,829)	-0,39 (1,288)
Classe social	Dominante	-0,59 (0,964)	-0,54 (0,743)
	Média	-0,57 (0,969)	-0,74 (1,064)
	Base	-0,43 (0,859)	-0,47 (1,170)
	Outra	-0,27 (0,894)	-0,44 (1,475)
Região de residência	Norte	-0,48 (0,889)	-0,54 (0,971)
	Centro	-0,43 (0,858)	-0,41 (1,046)
	AM Lisboa	-0,57 (0,920)	-0,66 (1,452)
	Alentejo	-0,44 (0,840)	-0,47 (0,803)
	Algarve	-0,44 (0,887)	-0,63 (1,348)
	Regiões Autónomas	-0,36 (0,989)	-0,47 (0,860)

Legenda: DP - Desvio-padrão

4.2. ESTATÍSTICA ANALÍTICA

4.2.1. Fecundidade realizada, desejada, final esperada, adicional e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Considerando que “U” representa a estatística de teste, “Z” é o Z score associado a essa estatística e “p” é o valor p, os resultados apresentados na [tabela 5](#) não revelam diferenças estatisticamente significativas entre mulheres nativas e não nativas em relação à fecundidade final esperada (U = 989964,000, Z = -1,069, p = 0,285), à fecundidade realizada (U = 983572,000, Z = -1,287, p = 0,198) e à fecundidade adicional (U = 1015264,000, Z = -0,079, p = 0,937). No entanto, observaram-se diferenças significativas entre os grupos quanto à fecundidade desejada (U = 950944,500, Z = -2,602, p = 0,009) e ao diferencial de fecundidade (U = 952883,500, Z = -2,573, p = 0,010). Embora a mediana da fecundidade desejada e do diferencial de fecundidade seja 2 filhos e 0 filhos, respectivamente, em ambos os grupos, os valores p indicam diferenças estatisticamente significativas entre mulheres nativas e não nativas.

Tabela 5. Diferenças na fecundidade desejada e no diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

<i>Variável em análise</i>	<i>Medidas estatísticas</i>	<i>Nativas (n = 3 982)</i>	<i>Não nativas (n = 511)</i>	<i>Valor-p (teste Mann-Whitney)</i>
Fecundidade realizada	Mediana (1Q; 3Q)	1 (0; 2)	1 (0; 2)	0,198
	Min.-Máx.	0-7	0-4	
Fecundidade desejada	Mediana (1Q; 3Q)	2 (2; 3)	2 (2; 3)	0,009
	Min.-Máx.	0-10	0-12	
Fecundidade final esperada	Mediana (1Q; 3Q)	2 (1; 2)	2 (1; 2)	0,285
	Min.-Máx.	0-7	0-7	
Fecundidade adicional	Mediana (1Q; 3Q)	1 (0; 2)	1 (0; 2)	0,937
	Min.-Máx.	-6-6	-4-7	
Diferencial de fecundidade	Mediana (1Q; 3Q)	0 (-1; 0)	0 (-1; 0)	0,010
	Min.-Máx.	-9-4	-10-3	

4.2.2. Idade e diferencial de fecundidade

A análise sintetizada na tabela seguinte ([tabela 6](#)) revela associações estatisticamente significativas entre o grupo etário e o diferencial de fecundidade tanto para mulheres nativas ($\chi^2(4) = 248,978$, $p < 0,001$) quanto para mulheres não nativas ($\chi^2(4) = 31,530$, $p < 0,001$), com uma intensidade forte em ambos os grupos (coeficiente V de Cramer = 0,177 e 0,176, respectivamente). A distribuição do diferencial de fecundidade mostra padrões semelhantes entre mulheres nativas e não nativas. Observa-se que a fecundidade abaixo do desejado aumenta com o avanço da idade, enquanto a

fecundidade esperada tende a aproximar-se da fecundidade desejada à medida que a idade diminui. Em contrapartida, conforme a idade avança, o diferencial de fecundidade igual ao desejado diminui.

Tabela 6. Análise multivariada do grupo etário e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Grupo	Variável em análise	Categorias da variável	Medidas estatísticas	Abaixo do desejado	Igual ao desejado	Acima do desejado	χ^2 e valor-p	V de Cramer
Nativas	Grupo etário	18-29 anos	n (%)	201 (20,7)	721 (74,3)	48 (4,9)	248,978 $p < 0,001$	0,177
		30-39 anos	n (%)	385 (37,4)	556 (54,0)	88 (8,6)		
		40-49 anos	n (%)	968 (48,8)	883 (44,5)	132 (6,7)		
Não nativas	Grupo etário	18-29 anos	n (%)	10 (16,9)	42 (71,2)	7 (11,9)	31,530 $p < 0,001$	0,176
		30-39 anos	n (%)	50 (42,0)	54 (45,4)	15 (12,6)		
		40-49 anos	n (%)	181 (54,4)	128 (38,4)	24 (7,2)		

Ajustado pela variável de estratificação (naturalidade), o teste Cochran-Mantel-Haenszel (CMH) confirmou uma associação estatisticamente significativa entre o diferencial de fecundidade e o grupo etário ($M^2 = 277,34$; $df = 4$; $p < 0,001$). O modelo de Regressão Logística Multinomial ([tabela 7](#)) revelou que mulheres de 30-39 anos ($OR = 2,55$, $IC\ 95\%: 2,10-3,11$, $p < 0,001$) e de 40-49 anos ($OR = 4,03$, $IC\ 95\%: 3,38-4,80$, $p < 0,001$) têm maior possibilidade de ter uma fecundidade esperada abaixo do desejado em comparação com mulheres de 18-29 anos. Essas mesmas mulheres também apresentam uma possibilidade significativamente maior de ter uma fecundidade esperada acima do desejado (30-39 anos: $OR = 2,30$, $IC\ 95\%: 1,63-3,24$, $p < 0,001$; 40-49 anos: $OR = 2,07$, $IC\ 95\%: 1,49-2,85$, $p < 0,001$) em relação às mulheres mais jovens. Comparadas às mulheres não nativas, as mulheres nativas apresentam menor possibilidade de esperar uma fecundidade abaixo ($OR = 0,79$, $IC\ 95\%: 0,65-0,96$, $p < 0,05$) ou acima ($OR = 0,66$, $IC\ 95\%: 0,47-0,93$, $p < 0,05$) do desejado, sugerindo expectativas mais alinhadas com o número de filhos desejado.

Tabela 7. Regressão Logística Multinomial entre grupo etário, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Grupo etário	18-29 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	30-39 anos	2,55	2,10-3,11	$< 0,001$	2,30	1,63-3,24	$< 0,001$
	40-49 anos	4,03	3,38-4,80	$< 0,001$	2,07	1,49-2,85	$< 0,001$
Naturalidade	Nativa	0,79	0,65-0,96	$< 0,05$	0,66	0,47-0,93	$< 0,05$
	Não nativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

4.2.3. Educação e diferencial de fecundidade

Os resultados apresentados na [tabela 8](#) indicam uma associação estatisticamente significativa entre o nível de escolaridade e o diferencial de fecundidade, tanto para mulheres nativas ($\chi^2(4) = 56,896$, $p < 0,001$) quanto para mulheres não nativas ($\chi^2(4) = 11,193$, $p < 0,05$). A intensidade da associação varia de fraca para mulheres nativas (coeficiente V de Cramer = 0,085) a moderada para mulheres não nativas (coeficiente V de Cramer = 0,105). Entre as mulheres nativas, observa-se que a fecundidade esperada está mais alinhada com a fecundidade desejada, independentemente do nível de escolaridade. Em contraste, as mulheres não nativas, especialmente aquelas com nível de escolaridade básico ou inferior e com nível superior, mostram uma tendência para ter uma fecundidade abaixo do desejado comparativamente às suas contrapartes nativas.

Tabela 8. Análise multivariada do nível de escolaridade e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Grupo	Variável em análise	Categorias da variável	Medidas estatísticas	Abaixo do desejado	Igual ao desejado	Acima do desejado	χ^2 e valor-p	V de Cramer
Nativas	Nível de escolaridade	Básico, inferior ou nenhum	n (%)	482 (39,5)	613 (50,2)	125 (10,2)	56,896 $p < 0,001$	0,085
		Secundário ou CET	n (%)	476 (34,7)	821 (59,9)	73 (5,3)		
		Superior ou CTeSP	n (%)	596 (42,8)	726 (52,2)	70 (5,0)		
Não nativas	Nível de escolaridade	Básico, inferior ou nenhum	n (%)	52 (48,1)	41 (38,0)	15 (13,9)	11,193 $p < 0,05$	0,105
		Secundário ou CET	n (%)	74 (41,8)	83 (46,9)	20 (11,3)		
		Superior ou CTeSP	n (%)	115 (50,9)	100 (44,2)	11 (4,9)		

Ajustado pela variável de estratificação (naturalidade), o teste CMH confirmou a associação estatisticamente significativa entre o nível de escolaridade e o diferencial de fecundidade, independentemente da origem das mulheres ($M^2 = 64,322$; $df = 4$; valor-p $< 0,001$). O modelo de Regressão Logística Multinomial ([tabela 9](#)) revela que mulheres com escolaridade de nível básico, inferior ou nenhum têm uma possibilidade significativamente maior de ter uma fecundidade abaixo (OR = 1,36, IC 95%: 1,17-1,59, $p < 0,001$) e acima do desejado (OR = 2,13, IC 95%: 1,61-2,82, $p < 0,001$) em comparação com mulheres com nível de escolaridade intermédio. Por outro lado, mulheres com nível de escolaridade superior apresentam uma possibilidade maior de ter uma fecundidade abaixo do desejado (OR = 1,40, IC 95%: 1,21-1,62, $p < 0,001$). Quanto à origem, mulheres nativas apresentam uma possibilidade 0,33 menor de ter uma fecundidade abaixo do desejado (OR = 0,67, IC 95%: 0,55-0,81, $p < 0,001$) e 0,45

menor de ter uma fecundidade acima do desejado (OR = 0,55, IC 95%: 0,39-0,78, $p < 0,001$) em comparação com mulheres não nativas.

Tabela 9. Regressão Logística Multinomial entre nível de escolaridade, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Nível de escolaridade	Básico, inferior ou nenhum	1,36	1,17-1,59	< 0,001	2,13	1,61-2,82	< 0,001
	Secundário ou CET	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	Superior ou CTeSP	1,40	1,21-1,62	< 0,001	0,94	0,69-1,29	0,698
Naturalidade	Nativa	0,67	0,55-0,81	< 0,001	0,55	0,39-0,78	< 0,001
	Não nativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

4.2.4. Rendimento e diferencial de fecundidade

A análise apresentada na [tabela 10](#) revela uma associação estatisticamente significativa entre o rendimento mensal líquido do agregado familiar e o diferencial de fecundidade, mas somente nas mulheres nativas ($\chi^2(6) = 20,962$, $p < 0,05$), com a intensidade dessa associação, medida pelo coeficiente V de Cramer, considerada fraca (0,051). A maioria das mulheres nativas em todos os escalões de rendimento tem uma fecundidade esperada alinhada com a fecundidade desejada. Entre as mulheres não nativas, a associação entre rendimento e diferencial de fecundidade não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(6) = 5,358$, $p = 0,499$).

Tabela 10. Análise multivariada do rendimento e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Grupo	Variável em análise	Categorias da variável	Medidas estatísticas	Abaixo do desejado	Igual ao desejado	Acima do desejado	χ^2 e valor-p	V de Cramer
Nativas	Rendimento	Até 900€	n (%)	293 (36,0)	440 (54,1)	80 (9,8)	20,962 $p < 0,01$	0,051
		901€-1500€	n (%)	580 (38,7)	827 (55,2)	92 (6,1)		
		1501€-2900€	n (%)	559 (41,1)	729 (53,6)	72 (5,3)		
		>2900€	n (%)	122 (39,4)	164 (52,9)	24 (7,7)		
Não nativas	Rendimento	Até 900€	n (%)	61 (47,3)	56 (43,4)	12 (9,3)	5,358 $p = 0,499$	0,072
		901€-1500€	n (%)	82 (47,4)	77 (44,5)	14 (8,1)		
		1501€-2900€	n (%)	73 (43,2)	78 (46,2)	18 (10,7)		
		>2900€	n (%)	25 (62,5)	13 (32,5)	2 (5,0)		

A análise obtida através do teste CMH indica uma associação estatisticamente significativa entre o nível de rendimento mensal líquido do agregado familiar e o diferencial de fecundidade, independentemente da origem ($M^2 = 17,013$; $df = 6$; $valor-p < 0,01$). De acordo com os resultados do modelo de Regressão Logística Multinomial ([tabela 11](#)), as mulheres nativas apresentam uma possibilidade significativamente

menor de ter uma fecundidade abaixo (OR = 0,67, IC 95%: 0,55-0,81, $p < 0,001$) e acima do desejado (OR = 0,62, IC 95%: 0,44-0,87, $p < 0,01$) em comparação com as mulheres não nativas.

Tabela 11. Regressão Logística Multinomial entre rendimento mensal líquido do agregado familiar, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Rendimento mensal líquido do agregado familiar	Até 900€	0,85	0,66-1,10	0,222	1,25	0,78-1,99	0,353
	901€-1500€	0,89	0,70-1,13	0,321	0,80	0,51-1,27	0,345
	1501€-2900€	0,94	0,74-1,20	0,642	0,76	0,48-1,21	0,249
	>2900€	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Naturalidade	Nativa	0,67	0,55-0,81	< 0,001	0,62	0,44-0,87	< 0,01
	Não nativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

4.2.5. Situação perante o trabalho e diferencial de fecundidade

O teste Qui-Quadrado ([tabela 12](#)) revela uma associação estatisticamente significativa entre a situação perante o trabalho e o diferencial de fecundidade, mas apenas nas mulheres nativas ($\chi^2(4) = 88,270$, $p < 0,001$), com uma intensidade moderada para essa associação (coeficiente V de Cramer = 0,105). A maioria das mulheres nativas, independentemente da sua situação em relação ao trabalho, tem uma fecundidade alinhada com a desejada. Para as mulheres não nativas, a associação entre a situação perante o trabalho e o diferencial de fecundidade não se revela estatisticamente significativa ($\chi^2(4) = 8,512$, $p = 0,075$).

Tabela 12. Análise multivariada da situação perante o trabalho e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Grupo	Variável em análise	Categorias da variável	Medidas estatísticas	Abaixo do desejado	Igual ao desejado	Acima do desejado	χ^2 e valor-p	V de Cramer
Nativas	Situação perante o trabalho	Empregada	n (%)	1 290 (42,6)	1 548 (51,1)	193 (6,4)	88,270 $p < 0,001$	0,105
		Desempregada	n (%)	129 (35,5)	199 (54,8)	35 (9,6)		
		Inativa	n (%)	135 (23,0)	413 (70,2)	40 (6,8)		
Não nativas	Situação perante o trabalho	Empregada	n (%)	198 (49,1)	172 (42,7)	33 (8,2)	8,512 $p = 0,075$	0,091
		Desempregada	n (%)	27 (45,8)	23 (39,0)	9 (15,3)		
		Inativa	n (%)	16 (32,7)	29 (59,2)	4 (8,2)		

Após ajustar o efeito da naturalidade, o teste CMH revela uma associação estatisticamente significativa entre a situação perante o trabalho e o diferencial de fecundidade ($M^2 = 95,482$; $df = 4$; valor-p < 0,001). De acordo com a análise apresentada

na [tabela 13](#), mulheres empregadas (OR = 2,50, IC 95%: 2,05-3,05, $p < 0,001$) e desempregadas (OR = 2,01, IC 95%: 1,53-2,65, $p < 0,001$) apresentam mais do dobro das possibilidades de terem uma fecundidade abaixo do desejado em comparação com mulheres inativas. Além disso, mulheres desempregadas mostram quase duas vezes mais possibilidades de terem uma fecundidade acima do desejado (OR = 1,93, IC 95%: 1,23-3,03, $p < 0,01$). Comparadas às mulheres não nativas, as mulheres nativas apresentam uma menor possibilidade de terem uma fecundidade abaixo (OR = 0,69, IC 95%: 0,57-0,84, $p < 0,001$) e acima (OR = 0,62, IC 95%: 0,44-0,87, $p < 0,01$) do desejado, sugerindo um melhor alinhamento entre a fecundidade esperada e a fecundidade desejada.

Tabela 13. Regressão Logística Multinomial entre situação perante o trabalho, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Situação perante o trabalho	Empregada	2,50	2,05-3,05	< 0,001	1,30	0,92-1,82	0,134
	Desempregada	2,01	1,53-2,65	< 0,001	1,93	1,23-3,03	< 0,01
	Inativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Naturalidade	Nativa	0,69	0,57-0,84	< 0,001	0,62	0,44-0,87	< 0,01
	Não nativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

4.2.6. Classe social e diferencial de fecundidade

Observou-se uma associação estatisticamente significativa entre a classe social e o diferencial de fecundidade tanto para nativas ($\chi^2(6) = 77,060$, $p < 0,001$) quanto para não nativas ($\chi^2(6) = 14,661$, $p = 0,023$), com uma intensidade de associação fraca para nativas (coeficiente V de Cramer = 0,098) e moderada para não nativas (coeficiente V de Cramer = 0,120) ([tabela 14](#)). Entre as mulheres nativas, a maioria apresenta uma fecundidade correspondente ao desejado, enquanto entre as não nativas, a fecundidade esperada abaixo do desejado é mais frequente nas classes média e de base.

Tabela 14. Análise multivariada da classe social e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Grupo	Variável em análise	Categorias da variável	Medidas estatísticas	Abaixo do desejado	Igual ao desejado	Acima do desejado	χ^2 e valor-p	V de Cramer
Nativas	Classe social	Dominante	n (%)	125 (47,0)	126 (47,4)	15 (5,6)	77,060 $p < 0,001$	0,098
		Média	n (%)	528 (44,8)	584 (49,6)	66 (5,6)		
		Base	n (%)	637 (40,2)	836 (52,7)	112 (7,1)		
		Outra	n (%)	264 (27,7)	614 (64,4)	75 (7,9)		
Não nativas	Classe social	Dominante	n (%)	23 (47,9)	23 (47,9)	2 (4,2)	14,661 $p = 0,023$	0,120
		Média	n (%)	81 (53,3)	66 (43,4)	5 (3,3)		
		Base	n (%)	94 (46,3)	83 (40,9)	26 (12,8)		
		Outra	n (%)	43 (39,8)	52 (48,1)	13 (12,0)		

Controlando o efeito da naturalidade, o teste de CMH revelou uma associação estatisticamente significativa entre a classe social e o diferencial de fecundidade, com um valor-p extremamente baixo ($M^2 = 83,084$; $df = 6$; $\text{valor-p} < 0,001$). De acordo com os resultados apresentados na [tabela 15](#), mulheres na classe social “Outra” têm 0,53 menor possibilidade ($OR = 0,47$, $IC\ 95\%: 0,36-0,62$, $p < 0,001$) de ter uma fecundidade abaixo do desejado em comparação com mulheres na classe social dominante. Além disso, ser “nativa” está associado a uma possibilidade 0,32 menor ($OR = 0,68$, $IC\ 96\%: 0,56-0,83$, $p < 0,001$) de ter uma fecundidade abaixo do desejado e a uma possibilidade 0,4 menor ($OR = 0,60$, $IC\ 95\%: 0,43-0,85$, $p < 0,01$) de ter uma fecundidade acima do desejado, em comparação com mulheres não nativas. Esses resultados parecem sugerir que, independentemente da classe social, as mulheres nativas podem estar mais bem alinhadas com as suas expectativas de fecundidade.

Tabela 15. Regressão Logística Multinomial entre classe social, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Classe social	Dominante	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	Média	0,96	0,74-1,23	0,734	0,98	0,56-1,71	0,934
	Base	0,81	0,63-1,04	0,101	1,34	0,79-2,29	0,279
	Outra	0,47	0,36-0,62	$< 0,001$	1,19	0,68-2,06	0,543
Naturalidade	Nativa	0,68	0,56-0,83	$< 0,001$	0,60	0,43-0,85	$< 0,01$
	Não nativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

4.2.7. Região de residência e diferencial de fecundidade

Os dados apresentados na [tabela 16](#) revelam uma associação estatisticamente significativa entre a região de residência e o diferencial de fecundidade para mulheres nativas ($\chi^2(10) = 30,782$, $p < 0,001$), com uma intensidade fraca, conforme indicado pelo baixo valor do coeficiente V de Cramer (0,062). Contudo, nenhuma associação estatisticamente significativa foi encontrada entre a região de residência e o diferencial de fecundidade para mulheres não nativas ($\chi^2(10) = 5,135$, $p = 0,882$). Para a maioria das mulheres nativas, independentemente da região de residência, a fecundidade esperada é consistente com a fecundidade desejada.

Tabela 16. Análise multivariada da região de residência e diferencial de fecundidade entre nativas e não nativas

Grupo	Variável em análise	Categorias da variável	Medidas estatísticas	Abaixo do desejado	Igual ao desejado	Acima do desejado	χ^2 e valor-p	V de Cramer
Nativas	Região de residência	Norte	n (%)	294 (41,8)	368 (52,3)	42 (6,0)	30,782 $p < 0,001$	0,062
		Centro	n (%)	239 (37,9)	351 (55,6)	41 (6,5)		
		AM Lisboa	n (%)	295 (46,0)	309 (48,1)	38 (5,9)		
		Alentejo	n (%)	173 (39,6)	238 (54,5)	26 (5,9)		
		Algarve	n (%)	177 (38,1)	260 (55,9)	28 (6,0)		
		Regiões Autônomas	n (%)	376 (34,1)	634 (57,5)	93 (8,4)		
Não nativas	Região de residência	Norte	n (%)	30 (50,8)	26 (44,1)	3 (5,1)	5,135 $p = 0,882$	0,071
		Centro	n (%)	39 (44,3)	40 (45,5)	9 (10,2)		
		AM Lisboa	n (%)	58 (48,7)	46 (38,7)	15 (12,6)		
		Alentejo	n (%)	15 (46,9)	14 (43,8)	3 (9,4)		
		Algarve	n (%)	60 (47,6)	56 (44,4)	10 (7,9)		
		Regiões Autônomas	n (%)	39 (44,8)	42 (48,3)	6 (6,9)		

O teste de CMH revela uma associação estatisticamente significativa entre a região de residência e o diferencial de fecundidade, independentemente da naturalidade das mulheres ($M^2 = 29,923$; $df = 10$; valor-p $< 0,001$).

A análise regional ([tabela 17](#)) mostra que mulheres residentes na AM de Lisboa apresentam 1,36 vezes mais possibilidades de ter uma fecundidade abaixo do desejado em comparação com as residentes no Algarve (OR = 1,36, IC 95%: 1,08-1,70, $p < 0,01$). Além disso, a análise revela que mulheres nativas têm uma possibilidade significativamente menor de ter uma fecundidade abaixo do desejado (OR = 0,68, IC 95%: 0,56-0,83, $p < 0,001$) e acima do desejado (OR = 0,59, IC 95%: 0,42-0,84, $p < 0,01$) em relação às mulheres não nativas.

Tabela 17. Regressão Logística Multinomial entre região de residência, naturalidade e diferencial de fecundidade (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Região de residência	Norte	1,15	0,92-1,45	0,212	1,02	0,65-1,62	0,923
	Centro	0,98	0,78-1,23	0,870	1,12	0,71-1,75	0,629
	AM Lisboa	1,36	1,08-1,70	< 0,01	1,28	0,82-2,00	0,272
	Alentejo	1,05	0,81-1,36	0,704	1,04	0,62-1,73	0,893
	Algarve	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	Regiões Autônomas	0,70	0,63-1,06	0,169	1,31	0,88-1,96	0,183
Naturalidade	Nativa	0,68	0,56-0,83	< 0,001	0,59	0,42-0,84	< 0,01
	Não nativa	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

4.2.8. Análise do diferencial de fecundidade de mulheres não nativas por idade à chegada, tempo de permanência e origem familiar

A [tabela 18](#) explora a relação entre a idade à chegada, o tempo de permanência em Portugal e a origem familiar com o diferencial de fecundidade entre mulheres não nativas. Foi identificada uma associação estatisticamente significativa entre o tempo de permanência em Portugal e o diferencial de fecundidade ($\chi^2(6) = 16,161$, $p = 0,019$), com um coeficiente V de Cramer de 0,122, indicando uma intensidade moderada. Mulheres que residem em Portugal há 11 anos ou mais apresentam uma maior tendência para ter uma fecundidade abaixo do desejado. Em contraste, as mulheres com menos de 5 anos de permanência mostram uma proporção mais alta de fecundidade igual ao desejado. Por outro lado, a idade à chegada ($\chi^2(2) = 1,507$, $p = 0,471$) e a origem familiar ($\chi^2(4) = 6,923$, $p = 0,140$) não revelaram associações estatisticamente significativas com o diferencial de fecundidade. Não obstante, a fecundidade esperada abaixo do desejado foi relativamente consistente independentemente da idade à chegada, e as diferentes origens familiares apresentaram padrões semelhantes para a fecundidade abaixo, igual e acima do desejado.

Tabela 18. Diferencial de fecundidade de mulheres não nativas por idade à chegada, tempo de permanência e origem familiar

<i>Variável em análise</i>	<i>Categorias da variável</i>	<i>Medidas estatísticas</i>	<i>Abaixo do desejado</i>	<i>Igual ao desejado</i>	<i>Acima do desejado</i>	χ^2 e valor-p	<i>V de Cramer</i>
Idade à chegada	Menos de 19 anos	n (%)	159 (48,3)	144 (43,8)	26 (7,9)	1,507 $p = 0,471$	0,054
	19 ou mais anos	n (%)	82 (45,1)	80 (44,0)	20 (11,0)		
Tempo de permanência	0-5 anos	n (%)	19 (32,2)	31 (52,2)	9 (15,3)	15,161 $p = 0,019$	0,122
	6-10 anos	n (%)	7 (31,8)	10 (45,5)	5 (22,7)		
	11-15 anos	n (%)	28 (56,0)	18 (36,0)	4 (8,0)		
	16 ou mais anos	n (%)	187 (49,2)	165 (43,4)	28 (7,4)		
Origem familiar	Um dos pais nascido no estrangeiro	n (%)	23 (45,1)	21 (41,2)	7 (13,7)	6,923 $p = 0,140$	0,083
	Dois pais nascidos no estrangeiro	n (%)	79 (41,8)	90 (47,6)	20 (10,6)		
	Dois pais nascidos em Portugal	n (%)	137 (51,3)	113 (42,3)	17 (6,4)		

4.2.9. Análise com múltiplas variáveis independentes

Para identificar as variáveis que contribuem para explicar o diferencial de fecundidade, tanto abaixo quanto acima do desejado, foi utilizado um modelo de Regressão Logística Multinomial. O método escolhido para construir o modelo foi o método "Enter", que força a inclusão de todas as variáveis independentes no modelo final, independentemente da sua significância estatística. Esta abordagem permite uma análise mais abrangente, considerando o efeito de todas as variáveis selecionadas, mesmo que algumas delas, individualmente, possam não ter relevância estatística. Ao usar este método, procurou-se garantir uma avaliação mais completa das relações entre as variáveis demográficas e socioeconómicas e o diferencial de fecundidade. No entanto, como as variáveis "Classe social" e "Situação perante o trabalho" apresentaram alta colinearidade, optou-se por incluir apenas a variável "Classe social" no modelo.

Os resultados do modelo, apresentados na [tabela 19](#), destacam que, em comparação com mulheres não nativas, as mulheres nativas têm uma possibilidade 0,2 vezes menor e 0,38 vezes menor de ter uma fecundidade abaixo (OR = 0,80; IC95%: 0,65-0,98, $p < 0,05$) e acima do desejado (OR = 0,62; IC95%: 0,43-0,88, $p < 0,01$), respetivamente.

Comparando mulheres mais jovens (18-29 anos) com mulheres mais velhas, observou-se que mulheres entre 30-39 anos têm 2,24 vezes mais possibilidades de ter uma fecundidade abaixo do desejado (OR = 2,24; IC95%: 1,79-2,81, $p < 0,001$) e 2 vezes mais possibilidades de terem uma fecundidade acima do desejado (OR = 2,00; IC95%: 1,33-3,01, $p < 0,001$). No grupo de 40-49 anos, a possibilidade de ter uma fecundidade abaixo do desejado é 3,41 vezes maior (OR = 3,41; IC95%: 2,73-4,26; $p < 0,001$).

0,001) e a possibilidade de ter uma fecundidade acima do desejado é 1,56 vezes maior (OR = 1,56; IC95%: 1,03-2,38, $p < 0,05$).

Em relação ao estado civil, mulheres solteiras apresentam menor possibilidade de terem uma fecundidade abaixo do desejado (OR = 0,77; IC95%: 0,61-0,97, $p < 0,05$) e acima do desejado (OR = 0,49; IC95%: 0,32-0,73, $p < 0,001$), quando comparadas a mulheres viúvas ou divorciadas. De forma semelhante, mulheres casadas têm uma possibilidade menor de ter mais filhos do que desejam (OR = 0,58; IC95%: 0,40-0,84, $p < 0,05$).

Por outro lado, mulheres com nível de escolaridade inferior (até ao ensino básico) têm 1,83 vezes mais possibilidade de ter mais filhos do que desejam (OR = 1,83; IC95%: 1,35-2,47, $p < 0,001$), em comparação com aquelas com nível intermédio (Secundário ou CET).

Em relação ao rendimento familiar, mulheres cujo rendimento mensal líquido do agregado familiar varia entre 901€ e 1500€ têm menos possibilidade de ter uma fecundidade acima do desejado (OR = 0,53; IC95%: 0,32-0,88, $p < 0,05$) em comparação com mulheres com rendimentos superiores a 2900€.

No que respeita à região de residência, mulheres residentes na região Norte e na AM de Lisboa têm mais possibilidade de esperar uma fecundidade abaixo do desejado, em comparação com as residentes na região do Algarve. As mulheres residentes no Norte têm 1,31 vezes mais possibilidade de ter menos filhos do que desejam (OR = 1,31; IC95%: 1,04-1,67, $p < 0,05$), enquanto as da AM de Lisboa têm uma possibilidade 1,44 vezes maior (OR = 1,44; IC95%: 1,14-1,82, $p < 0,01$).

Em relação à classe social, nenhuma das classes apresentou resultados estatisticamente significativos em relação ao diferencial de fecundidade, o que sugere que a classe social, por si só, pode não ser um fator determinante no desvio entre o número de filhos esperado e desejado.

Tabela 19. Fecundidade abaixo ou acima do desejado: efeito das variáveis demográficas e socioeconómicas (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

Variável em análise	Categorias da variável	Abaixo do desejado			Acima do desejado		
		OR	IC (95%)	Valor-p	OR	IC (95%)	Valor-p
Naturalidade	Nativas	0,80	0,65-0,98	< 0,05	0,62	0,43-0,88	< 0,01
	Não nativas	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Grupo etário	18-29 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	30-39 anos	2,24	1,79-2,81	< 0,001	2,00	1,33-3,01	< 0,001
	40-49 anos	3,41	2,73-4,26	< 0,001	1,56	1,03-2,38	< 0,05
Estado civil	Solteira	0,77	0,61-0,97	< 0,05	0,49	0,32-0,73	< 0,001
	Casada	0,83	0,67-1,03	0,099	0,58	0,40-0,84	< 0,01
	Viúva ou divorciada	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Nível de escolaridade	Básico, inferior ou nenhum	1,09	0,92-1,29	0,318	1,83	1,35-2,47	< 0,001
	Secundário ou CET	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	Superior ou CTeSP	1,12	0,93-1,34	0,220	0,86	0,60-1,25	0,436
Rendimento mensal líquido do agregado familiar	Até 900€	1,02	0,76-1,38	0,891	0,69	0,41-1,19	0,182
	901€-1500€	0,97	0,74-1,27	0,837	0,53	0,32-0,88	< 0,05
	1501€-2900€	0,99	0,77-1,29	0,965	0,63	0,39-1,03	0,066
	>2900€	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Classe social	Dominante	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	Média	1,03	0,80-1,34	0,806	1,10	0,62-1,93	0,749
	Base	0,94	0,72-1,24	0,674	1,16	0,66-2,04	0,602
	Outra	0,79	0,58-1,06	0,113	1,30	0,71-2,37	0,390
Região de residência	Norte	1,31	1,04-1,67	< 0,05	1,01	0,63-1,62	0,956
	Centro	1,00	0,79-1,27	0,998	1,12	0,71-1,76	0,631
	AM Lisboa	1,44	1,14-1,82	< 0,01	1,36	0,86-2,13	0,188
	Alentejo	1,02	0,79-1,33	0,864	1,03	0,61-1,73	0,922
	Algarve	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	Regiões Autónomas	0,94	0,75-1,17	0,575	1,14	0,76-1,73	0,522

Legenda: Ref. - categoria de referência

Para o grupo de mulheres não nativas, foi ajustado um modelo adicional, considerando variáveis específicas como idade à chegada, tempo de permanência e origem familiar (tabela 20). A única variável com uma associação estatisticamente significativa com o diferencial de fecundidade foi o tempo de permanência em Portugal. Especificamente, mulheres não nativas que residem em Portugal há 11-15 anos têm cerca de 2,45 vezes mais possibilidades de terem uma fecundidade esperada abaixo do desejado (OR = 2,45; IC95%: 1,05-5,73, $p < 0,05$), em comparação com aquelas que chegaram mais recentemente ao país.

Tabela 20. Regressão Logística Multinomial entre o histórico de migração e o diferencial de fecundidade de mulheres não nativas (tendo como referência a fecundidade igual ao desejado)

<i>Variável em análise</i>	<i>Categorias da variável</i>	<i>Abaixo do desejado</i>			<i>Acima do desejado</i>		
		<i>OR</i>	<i>IC95%</i>	<i>Valor-p</i>	<i>OR</i>	<i>IC95%</i>	<i>Valor-p</i>
Idade à chegada	Menos de 19 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	19 ou mais anos	1,51	0,86-2,64	0,1499	0,82	0,30-2,28	0,7007
Tempo de permanência	0-5 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	6-10 anos	1,14	0,37-3,50	0,8226	2,23	0,58-8,63	0,2464
	11-15 anos	2,45	1,05-5,73	< 0,05	0,85	0,21-3,49	0,8212
	16 ou mais anos	1,90	0,90-4,02	0,0926	0,65	0,19-2,27	0,4963
Origem familiar	Um dos pais nascido no estrangeiro	0,83	0,43-1,60	0,5780	2,23	0,81-6,10	0,1193
	Dois pais nascidos no estrangeiro	0,66	0,38-1,14	0,1374	1,18	0,44-3,19	0,7451
	Dois pais nascidos em Portugal	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.

Legenda: Ref. - categoria de referência

PARTE V. DISCUSSÃO

5.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo oferece uma perspetiva sobre o gradiente social na fecundidade em Portugal, ao investigar o efeito da posição socioeconómica na diferença entre o número esperado e desejado de filhos, entre mulheres nativas e não nativas. Com particular atenção à associação e ao efeito de fatores demográficos e socioeconómicos nas expectativas reprodutivas, nesta secção, discutem-se os principais resultados do estudo, estabelecendo comparações com a literatura existente.

Na análise descritiva, os dados revelaram que, em ambos os grupos (nativas e não nativas), o diferencial médio de fecundidade foi negativo, sendo mais acentuado entre mulheres mais velhas (40-49 anos), com nível de educação superior e que estavam empregadas. Em relação ao rendimento, o desvio médio de fecundidade foi mais pronunciado entre as nativas com rendimentos intermédios (1501€-2900€) e entre as não nativas com rendimentos mais altos (>2900€). Este padrão sugere que o adiamento da maternidade, impulsionado por fatores como o prolongamento da educação e a necessidade de estabilidade profissional e económica, pode dificultar a realização dos objetivos reprodutivos. Estes resultados estão em linha com o estudo de Molina-Garcia et al. (26), realizado em Espanha, que encontrou evidências de que mulheres com níveis elevados de educação e rendimento, estabilidade profissional e, também em uniões estáveis, se haviam tornado mães em idades mais avançadas. De forma semelhante, Beaujouan et al. (36) observaram que mulheres com nível de escolaridade mais elevado tinham menos filhos e uma maior ausência de filhos, aumentando a lacuna entre a fecundidade pretendida e a realizada na maioria dos países europeus e nos EUA. Nos EUA, por exemplo, a ausência de filhos, mais do que o tamanho familiar reduzido, é um dos principais motivos para a fecundidade inferior ao desejado entre mulheres com nível de educação superior (73).

Esse adiamento da maternidade também parece refletir-se na estrutura de classe social: mulheres nativas em posições sociais mais elevadas (classe dominante) e não nativas na classe média apresentaram um desvio médio de fecundidade mais pronunciado, possivelmente devido à dificuldade em equilibrar a vida profissional com a vida familiar e à necessidade de alcançar estabilidade financeira e profissional antes de formar uma família. Tendo em conta estes resultados, não parece que, em Portugal, e contrariamente ao que se verificou no sul da Suécia (49), seja entre as classes

superiores que existam maiores probabilidades de transição para o primeiro e segundo filho.

Entre as regiões, por outro lado, as maiores discrepâncias no diferencial de fecundidade foram observadas entre as mulheres nativas e não nativas residentes na AM de Lisboa, seguidas pela região Norte, entre as nativas, e pelo Algarve, entre as não nativas. Estes resultados não são assim tão surpreendentes, sendo estas as regiões onde a maioria destes grupos reside.

Na análise inferencial, quando se modelou o efeito das variáveis demográficas e socioeconómicas sobre o diferencial de fecundidade, as mulheres nativas apresentaram uma tendência para ter uma fecundidade mais alinhada com o que desejavam, tanto em termos de expectativas não atendidas quanto de excedentes. Por outro lado, entre as mulheres não nativas, o tempo de permanência em Portugal revelou-se um fator significativo para a fecundidade: mulheres que residiam no país há 11-15 anos tinham 2,45 vezes mais possibilidades de terem menos filhos do que desejavam. Esse resultado parece refletir o processo de adaptação ao contexto português e as limitações estruturais que influenciam os padrões de fecundidade. Com o tempo, as mulheres não nativas podem ajustar as suas expectativas reprodutivas às condições socioeconómicas e culturais locais, o que está em consonância com o estudo de González-Ferrer et al. (60), realizado em Espanha, sobre o comportamento reprodutivo de mulheres imigrantes e seus descendentes. Esse estudo revelou que as mulheres imigrantes que chegaram ao país durante a infância ou na adolescência tendiam a ter uma fecundidade convergente com a das nativas. De facto, na amostra de mulheres não nativas, a média de idade à chegada a Portugal (14,49 anos) é coincidente com o período da adolescência. Esta evidência não deixa de ser consistente com outro estudo, como o de Kana et al. (74), que analisou as mudanças nas características sociodemográficas e nos fatores de saúde das mães portuguesas e não portuguesas que deram à luz em Portugal entre 1995-2014. De acordo com o mesmo, embora as mães não portuguesas fossem, em média, mais jovens do que as mães portuguesas, seguiam uma tendência semelhante às portuguesas, com o aumento progressivo da idade materna ao longo do tempo.

Talvez por isso, a idade tenha surgido como um dos principais fatores com influência no diferencial de fecundidade. Para as mulheres mais velhas (30-49 anos) deste estudo, há uma maior possibilidade de desvios, tanto abaixo quanto acima do número desejado de filhos, em comparação com mulheres mais jovens (18-29 anos). Estes resultados são consistentes com estudos anteriores que mostram que o envelhecimento reduz as oportunidades biológicas de reprodução. Essa redução, combinada com mudanças nas

circunstâncias de vida, pode afetar as expectativas reprodutivas, ampliando a diferença entre o número de filhos desejado e o efetivamente alcançado ou esperado (14,75). Além disso, o adiamento da maternidade por motivos socioeconômicos pode limitar a janela de oportunidade para ter filhos e aumentar a necessidade de assistência médica para uma gravidez bem-sucedida (26).

Nesse contexto, o estado civil também desempenha um papel relevante. Comparativamente a mulheres viúvas ou divorciadas, mulheres casadas revelam um maior alinhamento entre o número de filhos desejados e esperados, sugerindo que a estabilidade familiar proporcionada pelo casamento pode facilitar a concretização desses desejos, permitindo que as mulheres se sintam mais seguras e apoiadas nas decisões reprodutivas (38). Da mesma forma, mulheres solteiras, e eventualmente mais jovens, apresentam um maior alinhamento com as suas expectativas reprodutivas. Como mulheres mais jovens tendem a desejar uma gravidez quando estão em relacionamentos mais sérios, íntimos, comprometidos e de longo prazo (39), esse alinhamento pode refletir melhor as suas circunstâncias atuais, facilitando essa coerência entre o desejado e o esperado. Concordante com o estudo de Almeida-Santos et al., realizado em Portugal Continental, estes resultados mostram que a estabilidade nos relacionamentos é um fator importante, associado a uma menor discrepância entre a fecundidade desejada e esperada (14).

A educação também emerge como um fator decisivo. Mulheres com menor escolaridade (básico, inferior ou nenhum) apresentam uma possibilidade significativamente maior de ter mais filhos do que o desejado, em comparação com mulheres com nível intermédio, confirmando que a educação desempenha um papel importante no controle reprodutivo e na concretização do número de filhos desejado (50). O acesso limitado a métodos contraceptivos ou a serviços de planeamento familiar, aliado a uma baixa literacia em saúde reprodutiva, pode ter contribuído para gravidezes não planeadas, resultando num número esperado de filhos superior ao desejado (76). Contudo, no estudo de Almeida-Santos et al., que envolveu um total de 1 596 mulheres sem filhos e 808 homens com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos, eram precisamente os participantes com menor escolaridade que esperavam vir a ter menos filhos do que o desejado (14). Por outro lado, numa análise da fecundidade final de uma coorte de mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968, a proporção de fecundidade realizada superior à desejada foi mais frequente entre mulheres com menor escolaridade (12). No modelo simples, que considerava apenas a educação, a naturalidade e o diferencial de fecundidade, as mulheres com nível de escolaridade superior tinham uma possibilidade maior de apresentar uma fecundidade abaixo do

desejado, em comparação com as de nível intermédio. No entanto, no modelo final, que incluía todas as variáveis, esse efeito desapareceu, enquanto o da baixa escolaridade, relacionado com ter mais filhos do que o desejado, se manteve.

Além da educação, o rendimento é outro fator com um efeito significativo sobre o diferencial de fecundidade. Em comparação com mulheres com rendimentos mais elevados (>2900€), mulheres com rendimentos médios-baixos (901€-1500€) apresentam uma menor possibilidade de ter um número de filhos acima do desejado. Embora surpreendente e contraintuitiva, esta descoberta sugere que, na presença de eventuais limitações económicas, estas mulheres conseguem exercer um maior controle sobre o número de filhos que têm ou esperam ter. De forma semelhante ao estudo sueco, que encontrou evidências de um gradiente positivo entre rendimento e fecundidade (48), estes resultados também mostram que o rendimento está associado com o número de filhos. No entanto, o estudo sueco analisou o rendimento acumulado ao longo da vida, e os resultados aqui apresentados refletem os dados do IFEC 2019 e mulheres ainda no decurso do período reprodutivo. Ainda assim, estes resultados parecem sugerir que as mulheres em Portugal com rendimentos médios-baixos gerem as expectativas reprodutivas de forma mais consciente e em consonância com as suas limitações económicas, ajustando o número de filhos à sua realidade financeira atual.

Curiosamente, no modelo, a classe social não apresentou um efeito significativo sobre o diferencial de fecundidade. Medida através de um indicador socioprofissional, a classe social não parece refletir de forma suficientemente precisa as dinâmicas sociais e económicas que influenciam as expectativas reprodutivas em Portugal. Isso pode ocorrer porque mulheres dentro das mesmas categorias socioprofissionais podem experienciar contextos de vida muito diferentes, nomeadamente em termos de estabilidade profissional, de acesso a recursos ou, até, de apoio familiar. Além disso, nem sempre a classe social mais alta é a mais rica ou com mais educação, e vice-versa. Por outro lado, variáveis como educação e rendimento, que parecem representar medidas mais concretas da posição socioeconómica, apresentaram um efeito mais significativo sobre as expectativas reprodutivas. Como essas variáveis parecem refletir de forma mais explícita as diferenças socioeconómicas que influenciam a capacidade de atingir ou não o número de filhos desejado, é possível que o efeito da classe social tenha sido “ocultado” ou absorvido por elas.

Não obstante o diferencial médio negativo de fecundidade em todas as regiões e para ambos os grupos, o efeito de residir na AM de Lisboa e na região Norte sobre o diferencial de fecundidade manteve-se, mesmo quando todas as outras variáveis foram consideradas no modelo. Para mulheres residentes nestas regiões, a possibilidade de

esperar um número de filhos abaixo do desejado é 1,44 e 1,31 vezes maior em comparação com as residentes no sul do país (Algarve). Esses resultados corroboram a literatura existente, que aponta para desigualdades geográficas na fecundidade (13), e parecem refletir o efeito de fatores socioeconómicos entre as regiões e dentro destas, como o custo de vida ou a crise da habitação em áreas urbanas. Na verdade, a crise da habitação pode influenciar as intenções de fecundidade, tal como constatado num estudo na Austrália que encontrou evidências de que mulheres que experienciavam um aumento nos preços das casas na sua região tendiam a reduzir as intenções de terem (mais) filhos no futuro (77).

Os resultados deste estudo evidenciam a complexidade das expectativas reprodutivas, que são moldadas por uma interação de fatores demográficos e socioeconómicos. A discrepância entre o número de filhos desejado e esperado é influenciada por fatores como naturalidade, idade, estado civil, educação, rendimento e região de residência. Para as mulheres não nativas, o tempo de permanência em Portugal também desempenha um papel crucial na realização dessas expectativas. Estas descobertas corroboram a literatura existente e destacam dimensões significativas nos resultados de fecundidade, tanto de mulheres nativas como de não nativas, com potenciais implicações para a demografia portuguesa a longo prazo.

Respondendo à primeira questão de investigação, há indícios de um gradiente social na fecundidade em Portugal. No entanto - e em resposta à segunda questão -, o efeito desse gradiente não é linear em todas as dimensões socioeconómicas. O nível de escolaridade destaca-se como um fator mais consistente na identificação dos desafios reprodutivos, enquanto a associação entre o rendimento e as decisões reprodutivas se revela mais complexa.

5.2. PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES

Este estudo oferece uma contribuição importante à investigação sobre o diferencial entre a fecundidade esperada e a desejada, destacando o efeito das desigualdades socioeconómicas nesse desvio. A classe social, apesar de não ter mostrado um efeito significativo, traz uma nova perspetiva sobre as dinâmicas reprodutivas no contexto português. Outro ponto forte é a inclusão tanto de mulheres nativas como de não nativas, permitindo uma análise mais abrangente e diversificada, capaz de considerar as diferentes origens e contextos presentes em Portugal.

Ao explorar o gradiente social e a migração internacional, o estudo revela como as expectativas reprodutivas variam em função da posição socioeconómica e da origem

das mulheres. Este enfoque amplia o alcance dos resultados e oferece informações importantes para a formulação de políticas públicas, que podem ir para além da saúde.

A utilização de uma base de dados com amostragem probabilística estratificada confere precisão e rigor à investigação, aumentando a confiabilidade dos resultados. Além disso, a comparação com resultados de outros países reforça a validade externa do estudo, indicando que as conclusões podem ser relevantes em contextos internacionais.

Contudo, o estudo apresenta algumas limitações que merecem ser discutidas. A exclusão de mulheres que forneceram respostas não numéricas e omissas pode ter limitado a generalização dos resultados para a população feminina em idade fértil em Portugal.

Outro ponto relevante é a definição adotada para “migrantes internacionais”. A maioria das mulheres classificadas como não nativas são filhas de pais nascidos em Portugal, o que pode influenciar a análise sobre migração. Estas mulheres podem não enfrentar os mesmos desafios que outras migrantes internacionais, o que pode ter enviesado os resultados ao não refletir adequadamente as experiências e as trajetórias migratórias. No entanto, considerando que 73,4% das mulheres não nativas são provenientes de países fora da UE, e que 52,3% são filhas de pais nascidos em Portugal, é provável que algumas delas tenham nascido em ex-colónias portuguesas. Como tal, podem ter enfrentado desafios particulares, como questões de adaptação cultural, discriminação e dificuldades económicas. Além disso, podem ter vivenciado traumas históricos ou contextos de instabilidade política nos países de origem, o que pode ter influenciado as suas experiências de migração, a integração em Portugal e, consequentemente, as decisões reprodutivas.

O desenho transversal do estudo representa uma limitação importante, pois não permite estabelecer relações causais entre as variáveis socioeconómicas e o diferencial de fecundidade. Um estudo longitudinal seria mais adequado para compreender as expectativas e comportamentos reprodutivos ao longo do tempo, levando em conta alterações nas circunstâncias socioeconómicas.

Apesar do estudo considerar a diversidade de origens, não consegue abranger todas as dimensões culturais que influenciam os comportamentos reprodutivos, especialmente entre as mulheres não nativas de diferentes países. A ausência de variáveis importantes, que não estavam disponíveis, como país, religião, raça ou etnia, pode ter limitado a interpretação e abrangência dos resultados.

A natureza dos dados autorrelatados também pode ter introduzido potenciais vieses, como o de recordação (63) e o de desejabilidade social (78), que podem influenciar a

precisão das respostas. Além disso, os dados refletem um momento específico no tempo e não apreendem alterações mais recentes nas dinâmicas de fecundidade e nos contextos socioeconómicos. Fatores como a pandemia da COVID-19, os conflitos na Ucrânia e a crise da habitação em Portugal podem ter efeitos significativos nos objetivos reprodutivos, mas não se encontram contemplados na presente análise.

PARTE VI. CONCLUSÕES

6.1. CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os resultados deste estudo revelam indícios de um gradiente social na fecundidade em Portugal, refletido nas diferenças entre a fecundidade esperada e desejada. No entanto, esse gradiente não segue um padrão uniforme. Fatores como naturalidade, idade, estado civil, educação, rendimento, região de residência e, no caso de não nativas, o tempo de permanência em Portugal, exercem uma influência significativa na capacidade de alcançar as expectativas reprodutivas. Porém, a classe social não foi um fator determinante para explicar as discrepâncias entre o número esperado e desejado de filhos.

A educação parece desempenhar um papel central nesse gradiente social. Mulheres com menor nível de escolaridade enfrentam desafios mais acentuados na realização dos seus objetivos reprodutivos, resultando numa fecundidade que supera a desejada. Por outro lado, a relação entre o rendimento e a fecundidade é mais complexa: mulheres com rendimento médio-baixo demonstram um maior controle reprodutivo, apresentando uma menor possibilidade de ter uma fecundidade acima do desejado.

As diferenças na fecundidade entre grupos etários, níveis de escolaridade e regiões reforçam a necessidade de considerar essas dimensões na formulação de políticas públicas.

Considerando que o aumento da idade está associado a uma maior possibilidade de fecundidade abaixo e acima do desejado, é crucial adaptar as estratégias de saúde reprodutiva às diferentes fases da vida. O conceito de "construção familiar" pode oferecer uma abordagem mais equilibrada às mensagens de saúde pública, promovendo tanto a prevenção quanto a realização das intenções reprodutivas (79). Informações sobre fertilidade, especialmente dirigidas a mulheres mais jovens, são fundamentais para que estejam cientes das implicações do adiamento da maternidade.

A evidência de que mulheres com níveis mais baixos de escolaridade tendem a esperar uma fecundidade superior ao desejado, justifica a intensificação de programas de educação sexual e reprodutiva desde cedo no percurso escolar, capacitando para decisões mais informadas sobre direitos e escolhas reprodutivas.

O acesso à PMA é outro ponto crucial. As restrições etárias atuais nos tratamentos financiados em Portugal podem gerar desigualdades, sobretudo para mulheres que não têm capacidade financeira para aceder ao setor privado, que oferece um limite de idade

mais alargado. Uma revisão dessas políticas poderá ser necessária para mitigar tais disparidades.

Além disso, seria importante (re)considerar as políticas de saúde mental. O adiamento da maternidade pode resultar numa ausência de filhos permanente e involuntária, gerando sentimentos de arrependimento, impotência, responsabilidade, e até de perda e luto (80). Esses sentimentos, associados ao *stress* emocional e às expectativas não atendidas, podem ter um impacto significativo na saúde mental e noutros domínios da vida, sublinhado a necessidade de intervenções que promovam a saúde e o bem-estar dessas mulheres.

A análise dos dados revelou disparidades no diferencial de fecundidade em todas as regiões. No entanto, em comparação com as residentes no Sul, as mulheres que residem na AM de Lisboa e na região Norte enfrentam uma maior possibilidade de ter menos filhos do que desejam. Nestas áreas, políticas que facilitem o acesso à habitação podem ser necessárias para atenuar o custo elevado de vida e apoiar as (futuras) famílias. Além disso, dada a importância da naturalidade no diferencial de fecundidade, é também fundamental que as políticas públicas promovam a integração e o respeito pela diversidade cultural, garantindo que as necessidades reprodutivas das mulheres não nativas sejam plenamente atendidas.

Para reduzir as desigualdades na fecundidade em Portugal e garantir que as pessoas possam ter o número de filhos que desejam, são necessárias políticas integradas que promovam a saúde e os direitos reprodutivos. Somente assim, será possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de responder adequadamente aos desafios demográficos, “sem deixar ninguém para trás”.

6.2. LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Tendo em conta que este tema está longe de se esgotar, apresentam-se algumas linhas de orientação para investigação futura.

Considerando as limitações previamente discutidas, futuros estudos poderiam beneficiar de uma análise mais aprofundada ao adotarem um desenho longitudinal. Esta abordagem proporcionaria evidências mais robustas, especialmente no que diz respeito às relações causais entre a posição socioeconómica e os desafios reprodutivos. Além disso, a inclusão de homens na análise poderia enriquecer e diversificar a compreensão do fenómeno em estudo, e a adição de variáveis como religião, raça e etnia poderia revelar particularidades importantes que influenciam esses mesmos desafios.

Investigar o impacto de crises emergentes, como a pandemia, os conflitos internacionais e a crise da habitação em Portugal, poderá também ampliar a compreensão sobre como fatores externos afetam as dinâmicas reprodutivas. Essa linha de investigação é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e adaptadas a contextos em constante transformação.

A privação socioeconómica - que está mais intimamente ligada ao estado de saúde do que à pobreza (81) - pode servir como uma abordagem alternativa ao rendimento para avaliar a posição socioeconómica em estudos futuros. Sendo um conceito mais amplo do que a mera disponibilidade de recursos financeiros, a privação socioeconómica pode oferecer uma visão mais abrangente das desigualdades que influenciam a fecundidade.

Embora os resultados deste estudo não tenham demonstrado um efeito significativo da classe social no diferencial de fecundidade, poderá ser pertinente aprofundar a investigação nessa área, incluindo a perspetiva da igualdade de género. Essa abordagem poderá promover uma visão mais holística das dinâmicas reprodutivas e das desigualdades existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bongaarts J, Cavanaghi S, Jones G, Luchsinger G, McDonald P, Mbacké C, et al. *The Power of Choice: Reproductive Rights and the Demographic Transition*. New York: UNFPA; 2018.
2. Commission on Social Determinants of Health. *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report of the Commission on Social Determinants of Health* [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2008 [cited 2024 Jan 12]. Available from: <https://iris.who.int/handle/10665/43943>.
3. Marmot M. Status syndrome. *Significance*. 2004;1(4):150–4. doi: 10.1111/j.1740-9713.2004.00058.x.
4. Marmot M. Social justice, epidemiology and health inequalities. *Eur J Epidemiol*. 2017;32(7):537–46.
5. Donkin AJ. Social gradient. In: Cockerham WC, Dingwall R, Quah SR, editors. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Health, Illness, Behavior, and Society*. 2016. pp. 2172–8.
6. Campos-Matos I, Russo G, Perelman J. Connecting the dots on health inequalities - a systematic review on the social determinants of health in Portugal. *Int J Equity Health*. 2016;15(26).
7. Mendes M, Rego M, Caleiro A. *Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?* Évora: Departamento de Economia da Universidade de Évora; 2006.
8. Machado MC, Alves MI, Couceiro L, Silva FG, Almeida MM, Alves I. Natalidade e Fertilidade: Análise dos Conhecimentos e Expectativas de 3585 Estudantes Universitários Portugueses. *Acta Med Port* [Internet]. 2014 [cited 2024 Jan 15];27(5):601–8. Available from: www.actamedicaportuguesa.com.
9. Mendes MF, Infante P, Afonso A, Maciel A, Lídia FR, Tomé P, et al. *Introdução ao estudo - Determinantes da fecundidade em Portugal* [Internet]. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos; 2016 [cited 2024 Feb 13]. Available from: <https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-08/introducao-ao-estudo-determinantes-da-fecundidade-em-portugal.pdf>.
10. Rosa MJV, Oliveira I. Ter ou não ter filhos: razões da decisão. In: INE - Instituto Nacional de Estatística, editor. 2021 [cited 2024 Feb 25]. Available from: <http://hdl.handle.net/10362/121047>.
11. Mendes MF. Fecundidade e Natalidade: Problemas e Políticas Sociais e de Saúde. In: *Roteiros do Futuro - Conferência “Nascer em Portugal.”* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda; 2012. pp. 91–109.
12. Maciel A, Mendes MF, Freitas R. A fecundidade (quase) final das mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968 - uma análise por coorte. *Anal Soc*. 2018;53(228):624–51.
13. Gomes M, Silva C, Castro E, Marques J. Evolução da fecundidade em Portugal: uma perspetiva sobre a diversidade regional. *Anal Soc*. 2016;1(218):36–70.

14. Almeida-Santos T, Melo C, Macedo A, Moura-Ramos M. Are women and men well informed about fertility? Childbearing intentions, fertility knowledge and information-gathering sources in Portugal. *Reprod Health*. 2017;14(1):91. doi: 10.1186/s12978-017-0352-z.
15. Bhattacharjee NV, Schumacher AE, Aali A, Abate YH, Abbasgholizadeh R, Abbasian M, et al. Global fertility in 204 countries and territories, 1950–2021, with forecasts to 2100: a comprehensive demographic analysis for the Global Burden of Disease Study 2021. *Lancet*. 2024;403(10440):2057-99. doi: 10.1016/S0140-6736(24)00550-6.
16. Directorate-General for Economic and Financial Affairs. The 2021 Ageing Report: Economic and Budgetary Projections for the EU Member States (2019-2070). Brussels; 2021. doi:10.2765/84455.
17. Laires PA, Perelman J. The current and projected burden of multimorbidity: a cross-sectional study in a Southern Europe population. *Eur J Ageing*. 2019;16(2):181–92.
18. Starrs AM, Ezech AC, Barker G, Basu A, Bertrand JT, Blum R, et al. Accelerate progress—sexual and reproductive health and rights for all: report of the Guttmacher–Lancet Commission. *Lancet*. 2018;391(10140):2642–92.
19. Ranjbar M, Rahimi MK, Heidari E, Bahariniya S, Alimondegari M, Lotfi MH, et al. What factors influence couples' decisions to have children? Evidence from a systematic scoping review. *BMC Pregnancy Childbirth*. 2024;24(1):223.
20. Mills M, Rindfuss RR, McDonald P, te Velde E. Why do people postpone parenthood? Reasons and social policy incentives. *Hum Reprod Update*. 2011;17(6):848–60.
21. Song J, Kuang Y. An Analysis on Female Education Level, Income and Fertility Rate in China. *E3S Web Conf*. 2021; 251:01088. doi: 10.1051/e3sconf/202125101088.
22. Martin LJ. Delaying, debating and declining motherhood. *Cult Health Sex*. 2021;23(8):1034–49.
23. Santos M, Lopes M, Botelho M. Late Maternity: From Awareness of the Desire to the Decision to Be a Mother. *Ex Aequo*. 2020;(41):89–105.
24. Instituto Nacional de Estatística. Idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho (Ano); Anual [Internet]. Lisboa: INE; 2024 [cited 2024 Jun 20]. Available from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009209&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2.
25. Attali E, Yogev Y. The impact of advanced maternal age on pregnancy outcome. *Best Pract Res Clin Obstet Gynaecol*. 2021;70:2–9.
26. Molina-García L, Hidalgo-Ruiz M, Cocera-Ruiz EM, Conde-Puertas E, Delgado-Rodríguez M, Martínez-Galiano JM. The delay of motherhood: Reasons, determinants, time used to achieve pregnancy, and maternal anxiety level. *PLoS One*. 2019;14(12) :e0227063. doi: 10.1371/journal.pone.0227063.

27. Instituto Nacional de Estatística. Nados-vivos (n.º) por local de residência da mãe (NUTS - 2013), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; anual [Internet]. Lisboa: INE; 2024 [cited 2024 May 21]. Available from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008079&contexto=bd&selTab=tab2.
28. Eurostat. Live births and crude birth rate [Internet]. 2024 [cited 2024 Jul 12]. Available from: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00204/default/table?lang=en&category=t_demo.t_demo_fer.
29. Instituto Nacional de Estatística. Índice sintético de fecundidade (n.º); anual [Internet]. Lisboa: INE; 2024 [cited 2024 Jun 25]. Available from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001293&contexto=bd&selTab=tab2.
30. Eurostat. More than a fifth of the EU population are aged 65 or over [Internet]. 2021 [cited 2024 Jan 7]. Available from: <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/ddn-20210316-1>.
31. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables. Working paper no. ESA/P/WP.241. New York: United Nations; 2015.
32. Instituto Nacional de Estatística. Nados-vivos (n.º) por local de residência da mãe (NUTS - 2013) e Nacionalidade da mãe; anual [Internet]. Lisboa: INE; 2024 [cited 2024 May 21]. Available from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008087&contexto=bd&selTab=tab2.
33. United Nations Department of Economic and Social Affairs. World Population Prospects 2024: Summary of Results. New York: United Nations; 2024.
34. Thomson E. Family Size Preferences. In: International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition. Elsevier Inc.; 2015. pp. 805–8.
35. Instituto Nacional de Estatística. Inquérito à Fecundidade 2019. Informação à Comunicação Social [Internet]. Lisboa: INE; 2020 [cited 2024 Jan 7]. Available from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415655178&DESTAQUESmodo=2.
36. Beaujouan E, Berghammer C. The Gap Between Lifetime Fertility Intentions and Completed Fertility in Europe and the United States: A Cohort Approach. *Popul Res Policy Rev.* 2019;38(4):507–35.
37. Hosseini M, Saikia U, Dasvarma G. The gap between desired and expected fertility among women in Iran: A case study of Tehran city. *PLoS One.* 2021;16(9): e0257128. doi: 10.1371/journal.pone.0257128.
38. Gray E, Evans A, Reimondos A. Childbearing desires of childless men and women: When are goals adjusted? *Adv Life Course Res.* 2013;18(2):141–9.

39. Barber JS, Miller W, Kusunoki Y, Hayford SR, Guzzo KB. Intimate Relationship Dynamics and Changing Desire for Pregnancy Among Young Women. *Perspect Sex Reprod Health*. 2019;51(3):143–52.
40. Weitzman A, Barber JS, Heinze J, Zimmerman M. How nearby homicides affect young women's pregnancy desires: Evidence from a quasi-experiment. *Demography*. 2021;58(3):927–50.
41. Somefun O, Banounin B, Smith-Greenaway E. The Relationships between Drought Exposure, Fertility Preferences, and Contraceptive Behaviors: A Multicountry Study. *Stud Fam Plann*. 2024;55(1):5–21.
42. Schneider-Mayerson M, Leong KL. Eco-reproductive concerns in the age of climate change. *Clim Change*. 2020;163(2):1007–23.
43. van Tintelen AMG, Stulp G. Explaining uncertainty in women's fertility preferences. *Heliyon*. 2024;10(6). doi:10.1016/j.heliyon.2024.e27610.
44. Brauner-Otto SR, Geist C. Uncertainty, Doubts, and Delays: Economic Circumstances and Childbearing Expectations Among Emerging Adults. *J Fam Econ Issues*. 2018;39(1):88–102.
45. Yeatman S, Trinitapoli J, Garver S. The Enduring Case for Fertility Desires. *Demography*. 2020;57(6):2047–56.
46. Gomez AM, Arteaga S, Freihart B. Structural Inequity and Pregnancy Desires in Emerging Adulthood. *Arch Sex Behav*. 2021;50(6):2447–58.
47. Forcadell-Díez L, Gotsens M, Leon-Gomez BB, Pérez G. Social Inequalities in Fertility in Women Residing in Urban Neighbourhoods in Spain: A Multilevel Approach. *Matern Child Health J*. 2020;24(3):267–74.
48. Kolk M. The relationship between life-course accumulated income and childbearing of Swedish men and women born 1940–70. *Popul Stud (Camb)*. 2023;77(2):197–215. doi: 10.1080/00324728.2022.2134578.
49. Dribe M, Smith CD. Social class and fertility: A long-run analysis of Southern Sweden, 1922–2015. *Popul Stud (NY)*. 2021;75(3):305–23.
50. Lutz W. Education empowers women to reach their personal fertility target, regardless of what the target is. *Vienna Yearb Popul Res*. 2018;1:27–31.
51. Jalovaara M, Neyer G, Andersson G, Dahlberg J, Dommermuth L, Fallesen P, et al. Education, Gender, and Cohort Fertility in the Nordic Countries. *European Journal of Population*. 2019;35(3):563–86.
52. Vignoli D, Tocchioni V, Mattei A. The impact of job uncertainty on first-birth postponement. *Adv Life Course Res*. 2020;45:100308. doi: 10.1016/j.alcr.2019.100308.
53. Golub R, Ivkov-Dzigurski A, Simeunović V. Determinants of Fertility Intentions of the Women in Bosnia and Herzegovina—An Example from the Semberija Region. *Behav Sci (Basel)*. 2023;13(5):417. doi: 10.3390/bs13050417.
54. Alderotti G, Vignoli D, Baccini M, Matysiak A. Employment instability and fertility in europe: A meta-analysis. *Demography*. 2021;58(3):871–900.

55. Brini E. Childlessness and low fertility in context: evidence from a multilevel analysis on 20 European countries. *Genus*. 2020;76(1):6. doi:10.1186/s41118-020-00074-7.
56. Castañeda H, Holmes SM, Madrigal DS, Young MEDT, Beyeler N, Quesada J. Immigration as a social determinant of health. *Annu Rev Public Health*. 2015;36:375–92. doi: 10.1146/annurev-publhealth-032013-182419.
57. Milewski N, Mussino E. New Aspects on Migrant Populations in Europe: Norms, Attitudes and Intentions in Fertility and Family Planning. *Comparative Population Studies*. 2018;43:371–98. doi: 10.12765/CPoS-2019-10.
58. Delaporte I, Kulu H. Interaction between childbearing and partnership trajectories among immigrants and their descendants in France: An application of multichannel sequence analysis. *Popul Stud (NY)*. 2023;77(1):55–70.
59. Erman J. Cohort, Policy, and Process: The Implications for Migrant Fertility in West Germany. *Demography*. 2022;59(1):221–46.
60. González-Ferrer A, Castro-Martín T, Kraus EK, Eremenko T. Childbearing patterns among immigrant women and their daughters in Spain: Over-adaptation or structural constraints? *Demogr Res*. 2017;37(1):599–634.
61. Cantalini S, Panichella N. The fertility of male immigrants: a comparative study on six Western European countries. *European Societies*. 2019;21(1):101–29.
62. Tønnessen M. Declined Total Fertility Rate Among Immigrants and the Role of Newly Arrived Women in Norway. *European Journal of Population*. 2020;36(3):547–73.
63. Wang X, Cheng Z. Cross-Sectional Studies: Strengths, Weaknesses, and Recommendations. *Chest*. 2020;158:S65–71. doi: 10.1016/j.chest.2020.03.012.
64. Instituto Nacional de Estatística. Documento Metodológico: Inquérito à Fecundidade 2019 [Internet]. Lisboa: INE; 2019 [cited 2024 Jun 12]. Report No.: 1.1. Available from: <https://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/?id=1560&lang=PT>
65. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Acreditação e cedência de dados estatísticos para fins de investigação científica [Internet]. [cited 2024 Jun 12]. Available from: <https://acreditacao.dgeec.medu.pt/>
66. Rita Testa M, Cavalli L. Couples' childbearing behaviour in Italy: which of the partners is leading it? *Vienna Yearb Popul Res*. 2011;9:157–78.
67. Fan E, Maitra P. Women Rule: Preferences and Fertility in Australian Households. *BE Journal of Economic Analysis and Policy*. 2013;13(1):1-30. doi: 10.1515/bejeap-2012-0021.
68. United Nations. International Migrant Stock 2019 [Internet]. 2019. Available from: www.unpopulation.org.
69. Costa A, Mauritti R. Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. In: *Desigualdades Sociais Portugal e a Europa*. 2018. pp. 109–29.
70. Akoglu H. User's guide to correlation coefficients. *Turk J Emerg Med*. 2018;18(3):91–93.

71. IBM Corp. IBM SPSS Statistics for Windows. Armonk, NY: IBM Corp; 2023.
72. R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing [Internet]. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing; 2023 [cited 2024 Aug 8]. Available from: <https://www.R-project.org/>.
73. Nitsche N, Hayford SR. Preferences, Partners, and Parenthood: Linking Early Fertility Desires, Marriage Timing, and Achieved Fertility. *Demography*. 2020;57(6):1975–2001.
74. Kana MA, Peleteiro B, Correia S, Barros H. Trends in sociodemographic and health care factors in Portuguese and non-Portuguese mothers giving birth in Portugal, 1995-2014. *Paediatr Perinat Epidemiol*. 2019;33(4):249–59.
75. Beaujouan É, Reimondos A, Gray E, Evans A, Sobotka T. Declining realisation of reproductive intentions with age. *Human Reproduction*. 2019;34(10):1906–14.
76. Kost K, Zolna M, Murro R. Pregnancies in the United States by Desire for Pregnancy. *Source: Demography*. 2023;60(3):837–63.
77. Atalay K, Li A, Whelan S. Housing wealth, fertility intentions and fertility. *J Hous Econ*. 2021;54:101787. doi:10.1016/j.jhe.2021.101787.
78. Angel S, Disslbacher F, Humer S, Schnetzer M. What did you really earn last year?: explaining measurement error in survey income data. *J. R. Stat. Soc. A*. 2019;182(4):1411-37. doi:10.1111/rssa.12463.
79. Grace B, Shawe J, Barrett G, Usman NO, Stephenson J. What does family building mean? A qualitative exploration and a new definition: a UK-based study. *Reprod Health*. 2022;19(1):203. doi: 10.1186/s12978-022-01511-w.
80. Koert E, Daniluk JC. When time runs out: reconciling permanent childlessness after delayed childbearing. *J Reprod Infant Psychol*. 2017;35(4):342–52.
81. Dunlop BW, Rakofsky JJ, Mischoulon D, Mayberg HS, Kinkead B, Nierenberg AA, et al. The United States index of socioeconomic deprivation for individuals (USiDep). *Pers Med Psychiatry*. 2022;100091:31–2.